

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS TECNOLÓGICAS
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

LORENA VICTORIA PEREIRA DA SILVA

**PRAÇA DAS CORES: Estudo preliminar para a implantação de uma praça no
Parque Vitória em São José de Ribamar- MA**

SÃO LUÍS
2019

LORENA VICTORIA PEREIRA DA SILVA

**PRAÇA DAS CORES: Estudo preliminar para a implantação de uma praça no
Parque Vitória em São José de Ribamar- MA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Estadual do Maranhão como requisito para a obtenção do título em Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Thaís Trovão dos Santos Zenkner.

SÃO LUÍS
2019

Dados da Catalogação

S586p

SILVA, Lorena Victoria Pereira da.

Praça das Cores: estudo preliminar para a implantação de uma praça no Parque Vitória em São José de Ribamar – MA. / Lorena Victoria Pereira da Silva. – São Luís: UEMA, 2019.

104 f. : il.

Monografia (Graduação) – Universidade Estadual do Maranhão, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Luís – MA, 2019.

Orientador: Prof. Dra. Thaís Trovão dos Santos Zenkner.

1. Praça. 2. Vitalidade. 3. Parque Vitória. I. Título.

CDU: 712.254(812.1)

LORENA VICTORIA PEREIRA DA SILVA

**PRAÇA DAS CORES: Estudo preliminar para a implantação de uma praça no
Parque Vitória em São José de Ribamar- MA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade
Estadual do Maranhão como requisito para a obtenção do
título em Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Aprovado em São Luís-MA, ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Thaís Trovão dos Santos Zenkner (Orientadora)
Universidade Estadual do Maranhão

Prof.^a Esp.^a Camila Bezerra de Carvalho
Universidade Estadual do Maranhão

Edelcy Araujo Ferreira
Arquiteta e Urbanista

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a Deus, por ser meu guia e por todas as graças que Ele me concedeu nesta jornada. Sem seu amor e misericórdia, eu não teria chegado até aqui.

À minha família, por sempre ter me apoiado ao longo dessa jornada, dedico minha eterna gratidão. Em especial, agradeço aos meus pais, Lucas e Ilzenir, por serem meu alicerce, meus maiores exemplos de vida, pelo esforço diário, pelas orações e por todo o amor que eles me concedem. E agradeço aos meus irmãos, Lucas e Matheus e a minha prima Juliana por todo o apoio e auxílio nesses anos.

Sou grata ao Edson Maia, com quem compartilhei as angústias e alegrias dessa caminhada, por todo incentivo, por sempre acreditar no meu potencial e por todo o seu amor. Além disso, agradeço pela ajuda incansável que me proporcionou na construção desse trabalho.

Ao longo desse período, conheci muitas pessoas importantes para a minha formação e a quem devo minha gratidão. Agradeço aos amigos que fiz ao longo do curso, Stella Fernandes, Raimundo Chaves, Cássia Lorena, Nair Helena e Melissa Almeida. Aos amigos que conheci no Ciência Sem Fronteiras, em especial a Taiana e o Taiwan. Agradeço ao corpo docente e os funcionários do curso de Arquitetura e Urbanismo da UEMA por todo conhecimento repassado. E agradeço a arquiteta Nády Delgado e todo o seu escritório por terem contribuído significativamente para minha formação profissional.

Em especial, agradeço à professora Thaís Zenkner que foi fundamental para minha formação. Agradeço pela orientação ímpar na construção desse trabalho, pelas oportunidades que ela me proporcionou ao longo do curso, por todo conhecimento repassado e principalmente, por sempre demonstrar amor e zelo no exercício da profissão.

Agradeço também aos meus amigos de escola, que estão ao meu lado e me inspiram a ser alguém melhor. À Ithaiara Lima, Yasmim Vale, Beatriz Castro, Myrian

Alves, Luísa Lopes, Marcos Henrique, Átila Júnior, Luís Eduardo, Álvaro Paixão e Arthur Lemos, meu muito obrigada. Sou grata também aos meus amigos de fé da EJNS Guadalupe, que acompanharam e me deram todo o apoio nesse período, em especial Alessandra Rodrigues, Polyana Ferreira, Lucas Aurélio, Matheus Resplandes, Marcos Vinícius, Remorine Matos, Diana Brandão e Rafael.

Por fim, um agradecimento especial aos moradores do bairro Parque Vitória, que contribuíram de forma significativa para a construção desse trabalho, com toda sua receptividade e disponibilidade para conceder as entrevistas e me proporcionarem uma visão mais precisa das carências e potencialidades da área em estudo.

“Comer, sentar, falar, andar, ficar sentado tomando um pouquinho de sol... a arquitetura não é somente uma utopia, mas é meio para alcançar certos resultados coletivos. A cultura como convívio, livre-escolha, como liberdade de encontros e reuniões. Gente de todas as idades, velhos, crianças, se dando bem. Todos Juntos.”

(Lina Bo Bardi)

RESUMO

Este trabalho apresenta a proposta de um estudo preliminar para a implantação de uma praça no bairro do Parque Vitória, em São José de Ribamar, com o intuito de proporcionar um espaço de convívio e lazer para a comunidade. Para alcançar esse propósito, esse trabalho traça capítulos iniciais com reflexões acerca dos conceitos e da importância dos espaços públicos e da vitalidade urbana, seguidos pela construção teórica acerca do papel da praça nas cidades. Posteriormente, é apresentado o diagnóstico da área de intervenção, construído a partir da análise de aspectos topográficos, visuais, sociais e ambientais. A soma de todo esse material resulta em um projeto de intervenção para criar uma praça no bairro, visando conceber um espaço que ofereça infraestrutura adequada e estimule o encontro, a permanência, o lazer e aumente a vitalidade urbana do entorno.

Palavras-chave: Praça. Vitalidade. Parque Vitória.

ABSTRACT

This work presents the proposal of a preliminary study for the implantation of a square in the neighborhood of Parque Vitória, in São José de Ribamar, with the purpose of providing a interaction and recreation space for the community. In order to accomplish this purpose, this work traces initial chapters with reflections on the concepts and importance of public spaces and urban vitality, followed by the theoretical construction on the function of the square in the cities. Subsequently, the diagnosis of the intervention area is presented, based on the analysis of topographic, visual, social and environmental aspects. The sum of all this material results in an intervention project to create a square in the neighborhood, aiming to design a space that offers adequate infrastructure and stimulates the meeting, the permanence, the leisure and increase the urban vitality of the área.

Keywords: Square. Vitality. Parque Vitória.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. City Market, Savannah, EUA.....	20
Figura 2. Times Square, Nova York, EUA.....	20
Figura 3. Sidewalk Festival - Savannah, EUA.....	22
Figura 4. Sidewalk Festival - Savannah, EUA.....	22
Figura 5. Vivência nas praças Savannah.....	23
Figura 6. Vivência nas ruas de Savannah.....	23
Figura 7. Reconstituição da Ágora de Atenas - Século II a.C.....	28
Figura 8. Planta da Ágora de Atenas em fins da época helenística.....	29
Figura 9. Reconstituição do Fórum Romano.....	29
Figura 10. Ilustração das praças de Siena (Piazza Del Duomo, Piazza Del Campo e Piazza Del Mercato).....	31
Figura 11. Piazza Santissima Annunziata, Florença.....	32
Figura 12. Casamento Real de Luis XIII, Place des Vosges.....	33
Figura 13. Place des Vosges já com modificações.....	33
Figura 14. Place de l'étoile, 1857.....	34
Figura 15. Praça Municipal- Salvador, 1549.....	37
Figura 16. Praça Municipal- Salvador, 1999.....	37
Figura 17. Praças no Brasil Colônia.....	38
Figura 18. Ilustração do Campo de Santana em 1818, de Franz Joseph Frübeck.....	39
Figura 19. Praça Batista Campos - Século XX.....	41
Figura 20. Praça Batista Campos- 1920.....	41
Figura 21. Federation Square, Melbourne - Austrália.....	44
Figura 22. Federation Square, Melbourne - Austrália.....	44
Figura 23. Virada Educação 2015- Praça Roosevelt.....	45
Figura 24. Virada Educação 2015- Praça Roosevelt.....	45
Figura 25. Praça Victor Civita, São Paulo.....	46
Figura 26. Praça Victor Civita, São Paulo.....	46
Figura 27. Planta de Localização do projeto urbanístico do Conjunto Parque Vitória (1991).....	48

Figura 28. Tipologia original das casas do Parque Vitória	49
Figura 29. Planta de Situação com a disposição das quadras – Parque Vitória 1991 ..	50
Figura 30. Delimitação da área de estudo.....	51
Figura 31. Mapa da topografia	53
Figura 32. Via Coletora 6000 em dia de chuva	54
Figura 33. Área de intervenção em dia de chuva.....	54
Figura 34. Via local com cobertura das árvores do terreno	55
Figura 35. Mapa das vias	56
Figura 36. Via Coletora 6000.....	56
Figura 37. Via Local 310	56
Figura 38. Mapa de usos.....	57
Figura 39. Evento no Dia da Árvore	58
Figura 40. Encenação dos alunos da Escola	58
Figura 41. Evento do dia do meio ambiente	59
Figura 42. Evento do dia do meio ambiente	59
Figura 43. Mapa de cheios e vazios	60
Figura 44. Vista área com enfoque na vegetação	61
Figura 45. Arborização do terreno.....	62
Figura 46. Arborização do terreno.....	62
Figura 47. Mapa de insolação/ventilação	63
Figura 48. Mapa de infraestrutura do terreno	64
Figura 49. Terreno sem pavimentação.....	65
Figura 50. Caminho consolidado pelos pedestres.....	65
Figura 51. Bancos improvisados	65
Figura 52. Lixo descartado de forma irregular.....	65
Figura 53. Reportagem do JMTV sobre o anúncio da feira do bairro no terreno	66
Figura 54. Manifestação contra feira	67
Figura 55. Manifestação realizada no local	67
Figura 56. Localização da Feira do Parque Vitória.....	68
Figura 57. Planta Baixa do Complexo Praça da República, Belém.....	76
Figura 58. Corredor ecológico – Praça da República, Belém.....	77

Figura 59. Arborização e áreas gramadas – Praça da República, Belém	77
Figura 60. Feira de Artesanato – Praça da República, Belém	78
Figura 61. The Oval - Philadelphia, 2015	79
Figura 62. Planta Baixa do The Oval, 2016.....	80
Figura 63. The Oval+ - Philadelphia, 2013	80
Figura 64. Planta de Setorização	83
Figura 65. Dimensões necessárias para ciclofaixa	94

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Faixa etária dos entrevistados	69
Gráfico 2. Tempo de convivência no bairro	70
Gráfico 3. Uso da área	71
Gráfico 4. Finalidade de uso.....	71
Gráfico 5. Principais adversidades da área.....	72
Gráfico 6. Opinião sobre a proposta da feira.....	72
Gráfico 7. Diálogo prévio sobre o projeto	72
Gráfico 8. Opinião sobre a localização atual da feira	73
Gráfico 9. Desejo da comunidade para a área de intervenção.....	74

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. ESPAÇO PÚBLICO E VITALIDADE URBANA	18
2.1 Reflexões sobre os espaços públicos	18
2.2 Reflexões sobre vitalidade urbana	23
3. O PAPEL DA PRAÇA	25
3.1 Conceituação e importância	25
3.2 Trajetória histórica das praças	27
3.3 A urbanização e a praça no Brasil	35
3.4 Usos	42
3.4.1. Espaço social	43
3.4.2. Espaço educativo	44
3.4.3. Espaço ecológico	45
4. ÁREA DE INTERVENÇÃO	47
4.1 Panorama histórico do bairro	47
4.2 Diagnóstico da área	51
4.2.1. Topografia	52
4.2.2. Legislação aplicável	54
4.2.3. Vias	55
4.2.4. Uso do solo	57
4.2.5. Cheios e Vazios	59
4.2.6. Condições ambientais	60
4.2.7. Infraestrutura do terreno	63
4.2.8. A feira do bairro	66
4.3. Pesquisa de opinião	68
5. ESTUDO PRELIMINAR	75
5.1. Referências projetuais	75
5.1.1. Praça da República – Belém, PA	75
5.1.2. The Oval - Filadélfia, Estados Unidos	79
5.2. Programa de necessidades	81
5.3. Conceito	82

5.4. Setorização	82
5.5 Proposta de intervenção	83
5.5.1. Áreas verdes.....	90
5.5.2. Áreas recreativas e esportivas.....	90
5.5.3. Áreas de convívio	92
5.5.4. Circulação.....	92
5.5.5. Feirinha.....	94
5.5.6. Mural artístico	95
5.5.7. Mobiliário urbano	95
5.5.8. Drenagem no entorno	96
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS.....	99
APÊNDICE A-QUESTIONÁRIO DIRECIONADO AOS MORADORES DO BAIRRO	104

1. INTRODUÇÃO

A presença e a importância dos espaços públicos nas cidades podem ser observadas desde as antigas civilizações, quando as pessoas sempre buscaram a promoção de espaços livres onde o povo pudesse se reunir, se expressar e exercer a cidadania. Diversos autores discorrem sobre o conceito desses espaços, dentre eles, Alex (2011) que define espaço público como um espaço plurifuncional com uma extensa gama de possibilidades e lugares, sendo as formas mais conhecidas as ruas, praças e parques. Além disso, ele afirma que os espaços públicos são adaptáveis e se redesenham de acordo com a metamorfose da cidade.

Diante disso, observou-se em uma área do bairro Parque Vitória, em São José de Ribamar- MA, a necessidade de desenvolver um estudo preliminar de um espaço público, na modalidade de uma praça, pois é o que mais se encaixa no contexto, para propiciar um espaço de sociabilidade, de lazer e convivência, que é escasso no bairro, para a população.

A área, atualmente, não apresenta condições favoráveis ao convívio. Muito pelo contrário, é um espaço que não possui manutenção e sem exercer uma função específica, tornou-se um vazio inseguro para a comunidade. Diante dessa realidade, muitos moradores desejam que a área fosse urbanizada para receber uma praça ou um espaço de convívio para eles usufruírem.

Entretanto, em setembro de 2018, eles foram surpreendidos com uma placa da prefeitura de São José de Ribamar indicando que o espaço seria destinado para as futuras instalações da feira do bairro. Imediatamente, alguns moradores manifestaram seu descontentamento com a proposta, por apresentarem um uso diferente dos anseios deles.

Observando todo esse contexto, e essa carência que o espaço apresenta, esse trabalho visa estudar a área e desenvolver uma proposta, na categoria de estudo preliminar, de uma praça para a comunidade. Para atingir esse objetivo geral, foram destrinchados os seguintes objetivos: analisar os conceitos de espaço público e vitalidade urbana; estudar o conceito, a história nacional e internacional das praças e os

seus usos; contextualizar a urbanização do bairro Parque Vitória; realizar o diagnóstico da área de intervenção para entender as dinâmicas sociais, seu uso e estado de conservação; e finalmente, compilando todo esse material, desenvolver o estudo preliminar da praça.

Para atingir tais objetivos, os procedimentos metodológicos utilizados se basearam em: revisão bibliográfica de autores que tratem sobre o assunto; levantamento de fontes primárias e secundárias (iconográficas, bibliográficas) de praças nacionais e internacionais, com o intuito de servir como referência projetual; história oral para auxiliar na construção da história do bairro Parque Vitória; pesquisa de campo que foi realizada com o intuito de observar e registrar por meio de levantamento fotográfico e espacial a área de estudo; entrevistas com a comunidade para entender o perfil dos usuários e quais são os anseios que eles têm em relação à esse espaço público. Todo esse material foram os pilares para desenvolver o estudo preliminar.

Dessa forma, o trabalho está estruturado em 6 capítulos, onde a introdução é o primeiro. Em seguida, no segundo capítulo foi construída toda a parte teórica em relação aos conceitos de espaços públicos e vitalidade urbana, embasado por autores como Jan Gehl e Sérgio Luís Abrahão.

O terceiro capítulo é referente a estruturação do conceito de praça, sua trajetória histórica de forma mais ampla, analisando desde as antigas civilizações até os dias atuais, além de oferecer um recorte referente a história nacional das praças. Além disso, são apresentadas algumas funções que as praças exercem nos dias atuais. Esse capítulo se baseia nas obras de Leonardo Benévolo, Sun Alex, Hugo Segawa e Junia Marques Caldeira.

O quarto capítulo foi destinado ao diagnóstico da área de intervenção, com a apresentação da história do bairro, análise da área de intervenção e entorno, estudando aspectos topográficos, visuais, sociais, ambientais, entre outras, de forma a estruturar um panorama que auxiliasse a enxergar as carências que a comunidade tem. Esse capítulo foi feito através da história oral, da análise de documentos oferecidos pela Superintendência de Licenciamento e Fiscalização Urbanística da Secretaria Municipal da Receita e Fiscalização Urbanística (SEMREC) de São José de Ribamar, de

levantamentos topográficos e visuais realizados pela autora, e de entrevistas realizadas com os moradores.

O quinto capítulo conta com o desenvolvimento do estudo preliminar, onde serão apresentadas as referências projetuais que servirão de inspiração para esse projeto, além da elaboração de um programa de necessidades, baseado nos dados coletados no capítulo anterior, e finalmente a proposta de intervenção, a nível de um estudo preliminar, de forma a oferecer um espaço confortável e convidativo para a comunidade usufruir. Finalizando, o sexto capítulo conta com as considerações finais deste trabalho, apresentando os resultados obtidos.

2. ESPAÇO PÚBLICO E VITALIDADE URBANA

Quando perguntadas sobre as cidades, provavelmente as pessoas irão falar de edifícios e carros, em vez de falar de ruas e praças. Se perguntadas sobre a vida na cidade, falarão mais de distanciamento, isolamento, medo da violência ou congestionamento e poluição do que de comunidade, participação, animação, beleza e prazer. Provavelmente dirão que os conceitos de 'cidade' e 'qualidade de vida' são incompatíveis. No mundo desenvolvido este conflito está levando cidadãos a enclausurarem-se em territórios particulares protegidos, segregando ricos e pobres e retirando o verdadeiro significado do conceito de cidadania. (- ROGERS, 2001, p. 8/9 apud. SATO, 2016, p. 20).

Essa citação inicia esse capítulo, pois ela elucida de forma clara a realidade nas nossas cidades e como a vivência urbana das pessoas está afetada negativamente. Ao longo dos anos, conceitos básicos de comunidade, cidadania e convivência se perderam e as pessoas não possuem mais prazer em experimentar as cidades. A área de intervenção desse trabalho é um exemplo disso, por isso, fez-se necessário esse capítulo introdutório sobre noções de espaços públicos e vitalidade urbana.

2.1 Reflexões sobre os espaços públicos

A compreensão a respeito dos espaços públicos é imprescindível para o bom planejamento e funcionamento das cidades. Desde o século XIX, autores de distintas áreas já sinalizavam a diminuição da vida pública urbana. Contudo, esse debate ganhou mais destaque no urbanismo a partir da década de 1950 no âmbito internacional e a partir da década de 1970 no âmbito nacional, devido as falhas do urbanismo funcionalista. Diante disso, será abordado nesse tópico as reflexões de diversos autores, tanto nacionais quanto internacionais, para a melhor compreensão desses espaços e sua importância nas cidades.

Camillo Sitte, importante arquiteto do final do século XIX, já sinalizava a perda de influência dos espaços públicos nas cidades. A citação que será apresentada a seguir sobre a vida pública reflete seus estudos no âmbito técnico e artístico.

Não podemos alterar o fato de que os mercados públicos tendem a desaparecer das praças, em parte isolados em edifícios comerciais sem valor artístico, em parte substituído pela entrega domiciliar direta. Não podemos alterar o fato de os chafarizes públicos adquirirem cada vez mais um valor meramente decorativo, enquanto deles se distancia a colorida agitação popular (...). As obras de arte são transferidas cada vez mais das ruas e das praças para as gaiolas dos museus; e com isso desaparece o alvoroço artístico das festas populares, carnavais e outros desfiles, procissões, representações teatrais em praças abertas, etc. (SITTE, 1992, p. 112 apud. ABRAHÃO, 2008, p. 100).

De acordo com o arquiteto francês Huet (1993) a concepção de espaço público para muitas pessoas se limita apenas como sendo a contraposição ao espaço privado. Segundo ele, esse conceito é raso, e não confere um aspecto preciso a esse tipo de lugar. Segundo ele, esse é o motivo que fez com que o espaço público se tornasse residual no urbanismo moderno.

Leitão (2002) afirma que no urbanismo moderno, guiado pela Carta de Atenas, a distinção entre os espaços construídos e os espaços livres se dá em uma escala que prejudica o convívio nos espaços de uso comum. Segundo ela, é a partir da década de 1960 que começam a despertar para as falhas desse modelo, e os debates sobre a influência dos espaços públicos nas cidades se tornam cada vez mais frequentes.

Abrahão (2008) afirma que Bernard Huet, na década de 1980, confrontou os ideais de modelo urbano contidos na Carta de Atenas, pois considerava como uma “anti-ideia de cidade” que eliminava os elementos urbanos convencionais, como as ruas, praças e parques e extinguíam qualquer ligação que os habitantes poderiam ter com a cidade. Ainda de acordo com Huet (1993):

Os espaços públicos não funcionam de modo isolado, eles são sempre parte de um complexo sistema contínuo e hierarquizado. É pela continuidade da rede de espaços públicos que a cidade vai tomando a sua forma, é pela permanência no tempo dos espaços públicos que uma cidade constitui sua memória (HUET, 1993, p. 148).

Um ponto importante sobre os espaços públicos, foi levantado na década de 1990 pelo holandês Hermann Hertzberger, referente a manutenção desses espaços. Segundo ele, os espaços públicos deveriam ser gerenciados pela própria comunidade, para que dessa forma eles pudessem se identificar e criar o sentimento de pertencimento. O controle hierarquizado, de cima para baixo, sem uma ligação com a comunidade, contribui para que as pessoas não criem laços e não se sintam participantes (Abrahão, 2008, p. 162-163).

De acordo com Abrahão (2008), na análise da obra *“El espacio público: ciudad y ciudadanía”*, o autor Jordi Borja define o espaço público como muito além de um caráter residual ou jurídico, mas como o “espaço cidadão” que abrange o âmbito urbanístico,

cultural e político e onde o arranjo espacial exerce papel importante na forma urbana da cidade.

Destrinchando esse conceito de Borja, Abrahão (2008) explica o caráter urbanístico a partir da capacidade que o espaço público possui de organizar um território e dar suporte a diversos usos; no âmbito cultural, o espaço público tem a capacidade de ser monumental e símbolo de identidade coletiva e manifestação da história; e no aspecto político é o espaço de confrontação e das manifestações sociais.

Gehl (2015) discorre sobre como os espaços públicos, de forma mais ampla que os centros comerciais privados, possibilitam o acesso e a oportunidade de expressão de todas as camadas da sociedade, sem distinção e garantem o direito de exercer atividades alternativas. Temos como exemplo disso as duas figuras a seguir (figura 1 e figura 2) que retratam espaços públicos acessíveis, e que priorizam o pedestre em detrimento dos carros, de forma que pessoas distintas podem conviver e trocar experiências.

Figura 1. City Market, Savannah, EUA



Fonte: Arquivo Pessoal, 2016

Figura 2. Times Square, Nova York, EUA



Fonte: Arquivo Pessoal, 2016

Carlos Nelson, arquiteto e urbanista brasileiro, preocupou-se em trabalhar sobre os espaços públicos urbanos, em especial as ruas, e sobre como o Brasil excluía os mais pobres das decisões sobre o espaço urbano nas décadas de 1970 e 1980. Ele alertou também sobre a cultura de privatização dos espaços de uso comum. Um exemplo disso são os condomínios exclusivos, que privatizava as ruas, praças e calçadas para moradores padrões, onde a diversidade não tem lugar. De acordo com ele:

O condomínio é culturalista, porque propõe, desde o início, um mundo fechado, com medidas automaticamente limitadas. A população é cuidadosamente prevista, impossível de ultrapassar, já que as construções obedecem regras pré-fixadas. (...) Completando tudo, há o muro, a cerca com entradas vigiadas. Em alguns casos, há senhas, identificação eletrônica, circuito interno. Em outros há toques de recolher, como nas pequenas cidades medievais autocontidas. (SANTOS, 1981, p. 20 apud ABRAHÃO, 2008, p. 137).

Sobre essa realidade, Abrahão (2008) também adverte sobre a cultura dos condomínios fechados que se sobressaem sobre os espaços públicos. Segundo ele, os condomínios exclusivos eram reflexo da mudança de códigos de valores das cidades brasileiras, ocasionada pela perda de cidadania e falta de interesse nas questões urbanas. Os códigos de valores que eram de responsabilidade coletiva, onde as pessoas tinham um sentimento de pertencimento e cuidado maior em relação a calçada, a rua, a praça, o bairro, passaram para uma realidade onde as pessoas só se importavam com o que estava nos limites da sua propriedade particular. De acordo com ele:

Nos condomínios exclusivos, os espaços de uso público, como as ruas, praças e parques tinham proprietários definidos, o que transformava o que era pra ser público em privado. Tornavam-se significantes sem significado, não propiciavam nem prometiam mudanças. Neste aspecto, a segregação espacial e a desagregação urbana promovida pelo surgimento dos condomínios exclusivos apresentavam a maior ameaça já enfrentada pelos brasileiros. (ABRAHÃO, 2008, p. 138).

Sobre essa privatização, outro elemento importante, importado da cultura norte-americana, que afetou na vivência dos espaços públicos são os shopping centers. De acordo com Leitão (2002), eles se enquadram como espaços de uso coletivo, porém destinados a públicos específicos estabelecidos pelo poder aquisitivo. Sobre esse novo elemento no meio urbano, Burnett (2012) discorre sobre a inviabilidade de desfrutar a cidade, por diversos fatores, entre eles, falta de infraestrutura e segurança, que faz com os shopping centers (que são inspirados nas ruas, praças e passarelas) ofereçam em um ambiente fechado aquilo que antes poderia ser oferecido a céu aberto para todos.

Gomes (2002) define o espaço público como o lugar onde ocorre a mescla social, onde pessoas de diferentes segmentos compartilham um mesmo espaço, “transcendendo o particularismo” e exercitam a prática elementar de civilidade e do diálogo. Ainda de acordo com ele, o espaço público é o local da sociabilidade, onde “se exercita a arte da convivência. (GOMES, 2002, p. 167 apud ALEX, 2011, p. 20).

Leitão (2002) define o espaço público baseado em três ideias básicas: exterioridade, por se opor ao espaço privado e apresentar uso comum, tanto fisicamente, quanto simbolicamente; acessibilidade, por ser o fator que viabiliza o uso comum; e significado, por serem espaços que estão relacionados a memória coletiva do local em que se inserem.

Alex (2011) define espaço público como um espaço plurifuncional com uma extensa gama de possibilidades e lugares, sendo as formas mais conhecidas as ruas, praças e parques. Além disso, ele afirma que os espaços públicos são adaptáveis e se redesenham de acordo com a metamorfose da cidade.

Nas imagens a seguir (figura 3 e figura 4), temos a representação de um festival que acontece anualmente na cidade de Savannah (Geórgia, EUA), onde a população é convidada a fazer desenhos nos percursos do principal parque da cidade, o Forsyth Park. Esse evento atrai diversas pessoas, de várias faixas-etárias e classes sociais a conviverem e interagirem em um mesmo espaço, possibilitando trocas sociais enriquecedoras. Este é um evento esporádico, contudo, ele demonstra como o espaço público pode proporcionar um espaço vivência e conexões.

Figura 3. Sidewalk Festival - Savannah, EUA



Fonte: Arquivo Pessoal, 2016

Figura 4. Sidewalk Festival - Savannah, EUA



Fonte: Arquivo Pessoal, 2016

2.2 Reflexões sobre vitalidade urbana

A existência dos espaços públicos deve vir integrada com fatores que estimulem a vitalidade urbana. A compreensão acerca desse conceito é de extrema valia para esse trabalho, tendo em vista que o objetivo principal é desenvolver um projeto de espaço público que atenda os anseios da comunidade local, proporcionando um local que melhore a vida dos usuários. Sendo assim, será abordado nesse tópico as reflexões de diferentes autores sobre o conceito de vitalidade urbana.

Um dos principais profissionais a trabalharem sobre vitalidade urbana e que irão embasar esse estudo, é Jan Gehl. Diante disso, será apresentado inicialmente uma citação dele que de forma simples e ao mesmo tempo completa, define o viver nas cidades. Segundo ele:

Experenciar a vida na cidade é também um entretenimento estimulante e divertido. As cenas mudam a cada minuto. Há muito a se ver: comportamentos, rostos, cores e sentimentos. E essas experiências estão relacionadas a um dos mais importantes temas da vida humana: as pessoas. (GEHL, 2015, p. 23).

Figura 5. Vivência nas praças Savannah



Fonte: Arquivo Pessoal, 2016

Figura 6. Vivência nas ruas de Savannah



Fonte: Arquivo Pessoal, 2016

Sendo assim, compreender o que é vitalidade urbana e quais os fatores que a estimulam se baseiam em entender as pessoas, como elas se comportam e quais os incentivos para que elas desfrutem a cidade na sua totalidade.

Gehl (2015) ao definir uma cidade viva, traz algumas reflexões. Segundo ele, é um conceito relativo, e o que define um espaço vivo é a sensação de ser convidativo, acolhedor e ter um significado para a população. Além disso, ele cita que uma cidade viva precisa ter uma vida urbana completa e diversificada, para gerar fluxos de grupos de pessoas distintas, possibilitando ricas trocas entre os usuários.

Saboya (2016) define vitalidade urbana como um conceito complexo e multifacetado que emerge a partir da relação entre padrões sociais, espaciais e econômicos e sintetiza como sendo a alta intensidade, frequência e riqueza de apropriação do espaço público e a interação que estabelecem com os edifícios construídos. Em uma série de textos, ele define sobre três condições que ele considera essenciais para a vitalidade urbana: densidade de usos e pessoas; acessibilidade; e arquitetura da rua.

Esmiuçando os fatores elencados por Saboya, a densidade de usos e pessoas é referente a quantidade de usuários e atividades que se desenvolvem em determinada área e influenciam na vivência dos espaços públicos. Segundo ele, quanto maior a densidade, maior o estímulo para movimentação e geração de fluxos. Ele cita ainda que é necessário que os espaços livres sejam concebidos de forma a não serem muito amplos e darem a sensação de serem desertos, inibindo as pessoas de utilizarem. O segundo fator é referente a acessibilidade, onde ele enfatiza sobre como os sistemas e modos de transportes e a configuração das redes e vias afetam na vitalidade urbana. Finalmente, o terceiro fator sobre a arquitetura da rua é relativo à estrutura das edificações e a ligação com o espaço aberto. Ele trata sobre como as construções podem ser barreiras ou podem ser permeáveis em relação as ruas.

Para finalizar, temos uma citação de Richard Rogers onde ele roga por condições singelas que todas as pessoas deveriam ter por direito de experimentarem nas cidades, e que infelizmente estão se perdendo e afetando a qualidade de vida de toda a sociedade. Esse trabalho objetiva justamente contribuir com a concepção de um espaço que possa somar positivamente na vida da comunidade.

Todos devem ter direito a espaços abertos, facilmente acessíveis, tanto quanto têm direito à água tratada. Todos devem ter a possibilidade de ver uma árvore de sua janela, ou de sentar-se em um banco de praça, perto de sua casa, com um espaço para as crianças, ou de caminhar até um parque em dez minutos. Bairros bem planejados inspiram os moradores, ao passo que comunidades mal planejadas brutalizam seus cidadãos. (Richard Rogers – Prólogo do livro “Cidades para Pessoas, 2015, pág. 12).

3. O PAPEL DA PRAÇA

A *plaza* em si, considerada limitada no espaço urbano por seus quatro lados, é a mais bela expressão da vida social jamais alcançada pelo planejamento urbano e pelo gênio arquitetônico do homem. (...) A simplicidade de seus espaços é claramente um convite para a liberdade social e moral das pessoas, porém suas linhas, parecidas com as de uma fortaleza, são uma lembrança definitiva de que vida e liberdade podem ser vividas somente em um local concreto e limitado, com um propósito bem definido. (MARTINÉZ, 2000, p. 31 apud ALEX, 2011, p. 23).

A citação de Guillén Martínez acerca das praças reflete a importância desse espaço singular no traçado urbano, pois ela evoca a perspectiva social, a configuração espacial, e o seu desígnio. Com o embasamento que o capítulo anterior ofereceu, o presente capítulo carrega uma abordagem mais específica, com recorte nesse tipo de espaço público: as praças.

Entende-se que a compreensão mais esmiuçada a respeito das praças é vital para o desenvolvimento do projeto na área de intervenção desse trabalho. Logo, esse capítulo traz explicações acerca dos conceitos de praça, baseado em diferentes autores que tratam sobre o assunto; a trajetória histórica, de forma geral e posteriormente com o foco na trajetória brasileira; e alguns usos e exemplos que demonstram essas modalidades para entender a dinâmica desses espaços nas cidades.

3.1 Conceituação e importância

Lamas (2000), conceitua a praça como o local essencial para promover o encontro e a permanência dos cidadãos, abarcando acontecimentos, reuniões, práticas sociais, manifestação de vida urbana e comunitária, além de ter formas arquitetônicas significativas. Esse autor estabelece ainda a diferença entre praças, largos e terreiros. Segundo ele, a praça é concebida a partir do desejo e do traçado de uma forma, ou seja, é um espaço que surge a partir de um programa. Em contrapartida, os outros dois espaços surgem de forma acidental, por isso não podem ser definidos como praças.

Alex (2011) define a praça como sendo, ao mesmo tempo, uma construção e um vazio, que além de ser um espaço físico aberto, exerce o papel de centro social, que tem sua importância atrelada a história que carrega e a sua atuação na vida da cidade.

Outro autor brasileiro que discorre sobre as praças é Murillo Marx; ele afirma que na trajetória nacional, esses espaços têm sua origem nos adros das igrejas. Segundo

Marx (1980), as praças surgiram no Brasil a partir das capelas, igrejas e conventos, onde se estruturavam como espaços de prestígio social e avivavam as construções do entorno. Contudo, ele cita que, atualmente, esse espaço público tem se caracterizado mais como um jardim do que como espaço para o encontro, como já fora um dia.

Sobre essa relação entre praças e jardins, Segawa (1996) traz um conceito que diferencia esses dois espaços. Na sua trajetória, as praças se identificaram como o local do povo, dos acontecimentos, regadas por liberdade e informalidade. Em contrapartida, os jardins públicos originaram-se a partir dos jardins privados monárquicos, caracterizando-se como espaços cercados por formalidade e prestígio, destinados para a alta sociedade. Sendo assim, ele declara que o jardim é a antítese da praça.

Alex (2011) também cita sobre a relação entre praças e jardins. Esse autor retoma nas suas reflexões, o referencial bíblico do jardim do Éden, que era visto como o paraíso e era a modelo base para resguardar a paisagem e a natureza das ações do homem. Baseado nessas concepções, no período medieval, os jardins eram espaços privados, de ordem, e que buscavam a perfeição. Extramuros, haviam os outros espaços mais espontâneos na cidade, e entre eles, as praças que era onde ocorriam as feiras, comemorações, teatros e ritos religiosos.

Dando continuidade a esse raciocínio, Sun Alex analisa sobre como o jardins e parques começam a se inserir na morfologia das cidades, e têm sido utilizados como resposta às aglomerações urbanas. Ele cita sobre a influência que o paisagismo norte-americano, a partir da década de 1950, exerceu na concepção dos espaços públicos brasileiros, fazendo com que houvesse uma priorização do verde nas praças em relação a utilização social.

A preocupação levantada por Sun Alex, é referente a falta de planejamento para a concepção dessas áreas verdes “tratadas” nas cidades. Ele compreende os benefícios relacionados a estética e saúde que esses espaços proporcionam. Contudo, é necessário que não haja uma desvinculação com a cidade, fazendo com que se torne impenetrável e hostil para as pessoas e perca o traço social que os espaços públicos oferecem.

Heliana Vargas, no prefácio do livro “Projeto da Praça: Convívio e Exclusão no Espaço Público” define a praça baseada na perspectiva latina, como espaço de encontro e convívio, acessível tanto para os moradores quanto para os visitantes, onde todos relacionam-se igualmente, independente da camada social. Ela ressalta sobre a gama de usos que as praças possuem, entre eles: comércio, lazer, encontro, contemplação e descanso.

Leitão (2002) define as praças como unidades urbanísticas essenciais para as cidades. De acordo com ela, as praças são fundamentais pelo caráter social que exercem nas cidades. A apropriação e o uso que cada sociedade dá para as praças, de acordo com a autora, definem o grau de civilidade e cidadania de cada comunidade. Além disso, ela cita sobre como as praças refletem a vida coletiva de cada povo, sendo assim, um espaço que sofre diversas modificações na sua trajetória.

3.2 Trajetória histórica das praças

Segawa (1996) define que a praça é um espaço ancestral e se confunde com o próprio conceito ocidental de urbano. Diante disso, analisando as civilizações ao longo do tempo, será traçado a história das praças, inicialmente com um panorama em uma escala mais macro, a partir da análise das antigas civilizações, iniciando com a Grécia, e no próximo tópico o foco será dado na trajetória nacional das praças.

De acordo com Benévolo (2001), a configuração espacial das cidades gregas, na antiguidade, se dava em três zonas: áreas privadas, áreas sagradas e áreas públicas. Isso acontecia em dois níveis: na cidade alta, com a acrópole que englobava a vida religiosa, com os templos dos deuses, além de ter posição estratégica de defesa; e a cidade baixa, com as ágoras se configurando como espaço principal, e cerne da vida pública.

Caldeira (2007) cita sobre como a ágora ficava estrategicamente situada de forma que toda a população pudesse visualizá-la, além de ser um contraste vazio rodeado por edifícios importantes. Ainda segundo ela, a ágora era o centro político-social das cidades gregas, onde os cidadãos livres praticavam a política através da ação e discurso, com decisões sendo tomadas nesse espaço. As ágoras foram os primeiros espaços que remetiam ao que futuramente viria a ser definido como praças. Era o ponto central da

vida urbana, local de encontro dos cidadãos. A ágora se caracterizava por ser um lugar aberto, rodeado por edifícios públicos importantes, como o Buleutérion (local de reunião do conselho) e o Pritaneu (conjunto de magistrados), e eram rodeadas por pórticos (conhecidos como stoa).

Figura 7. Reconstituição da Ágora de Atenas - Século II a.C



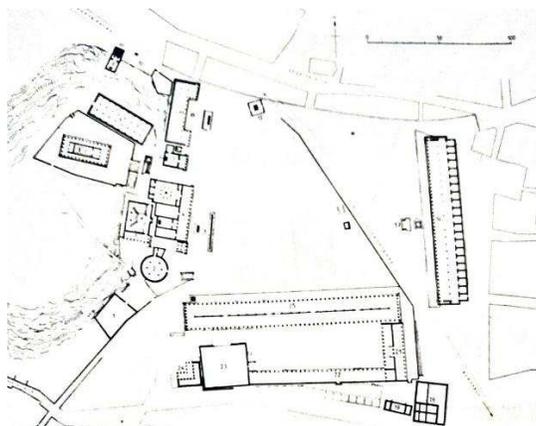
Fonte: Kostof (1992) apud Caldeira (2007)

Abrahão (2008) aborda as reflexões de Sigfried Giedion a respeito das ágoras gregas, onde ele afirmava que a idealização delas era intrínseca à construção democrática da vida dos gregos, e só não era mais importante que o âmbito sagrado da sua cultura, que remetia aos deuses. Prosseguindo nessa abordagem, Giedion analisou algumas cidades gregas entre os séculos IV a V a.C, onde ele percebeu que foi a época em que a questão dos espaços públicos para reunir a população, foi posto mais em evidência. Segundo ele, foi nessa época que as ágoras se tornaram locais essenciais para a organização física e moral das cidades.

Benévolo (2001), explica como as casas nas pólis gregas eram simples devido a limitação da vida privada. Segundo ele, a maior parte das atividades ao longo do dia eram realizadas ao ar livre, nos espaços públicos que eram organizados de acordo com as decisões tomadas nas assembleias.

Harouel (1945) declara que o urbanismo grego tinha o cuidado de proteger os espaços públicos de empreendimentos particulares e as grandes obras de urbanismo eram decididas pelo povo. Diante disso, percebe-se como a questão dos espaços públicos eram essenciais na concepção das cidades gregas, tendo como um dos focos principais, as ágoras.

Figura 8. Planta da Ágora de Atenas em fins da época helenística



Fonte: Benévolo (2001, p. 101)

Similar a ágoras grega, havia na Roma Antiga, o fórum romano como espaço da vida pública, onde ocorria várias atividades como: mercado, reuniões e assembleias. Ele se configurava como um espaço rodeado por edifícios comerciais, institucionais e religiosos.

De acordo com Caldeira (2007), os fóruns romanos eram decorados por esculturas, arcos e colunas e tinha como importante característica, a monumentalidade do seu conjunto arquitetônico. Ela afirma também que os fóruns tiveram ênfase nas cidades de origem militar, onde eles se localizam no cruzamento dos eixos ordenadores (cardo e decumanus), formando o “coração da cidade”.

Figura 9. Reconstituição do Fórum Romano



Fonte: Gabucci (2000) apud Caldeira (2007)

Com a queda do Império Romano, em um período marcado por batalhas e invasões, as cidades medievais se organizavam a partir de um novo objetivo, a

segurança. As cidades se fecham em muralhas, com o intuito de impedir invasões, e dessa forma se tornam verdadeiras fortalezas. Sendo assim, as edificações se aglomeram ao longo da cidade, e os espaços abertos se tornam escassos. Os poucos vazios urbanos presentes eram as ruas e praças. Benévolo (2001) cita que nessa configuração, as praças se tornam espaços anexos às ruas que as envolviam, sendo muitas vezes um prolongamento dessas vias.

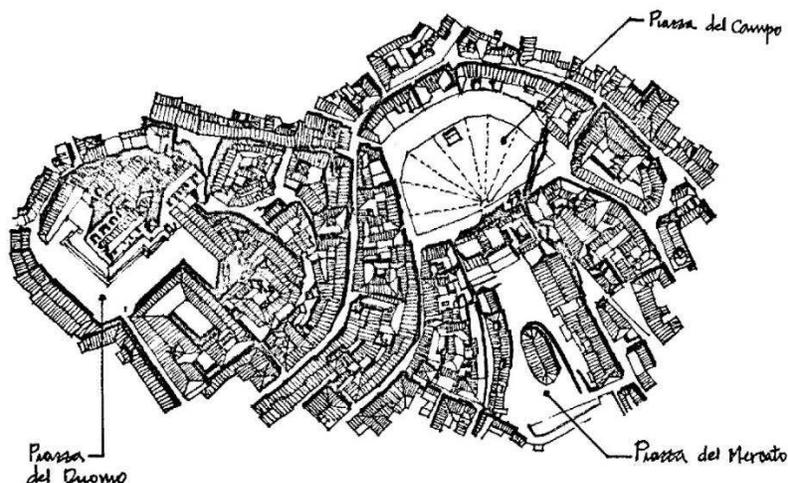
Diante desse contexto, as praças tornam-se o âmago da vida pública. Eram os espaços que concentravam o movimento, as festas públicas, apresentações, cerimônias e vários outros eventos. Segundo Segawa (1996), em um período marcado pelo autoritarismo e a ordem, as praças eram o espaço onde o povo encontrava voz, euforia e liberdade.

De acordo com Alex (2011), a maioria das cidades medievais possuía os centros localizados na área da catedral e a sua praça, que simbolizava o poder institucional, e a praça-mercado, que era o espaço de comércio, serviço e atividades sociais. Além dessas modalidades, haviam ainda: as praças de entrada das cidades e as praças cívicas.

Caldeira (2007) ressalta ainda outra atividade realizada nas praças públicas: os julgamentos e as execuções públicas. De acordo com ela, essa prática definia uma outra característica das praças, além de seu caráter de sociabilidade, era um espaço de expressão do poder das leis.

Alex (2011) apresenta a Piazza Del Campo, em Siena, como marco da transição entre os períodos da Idade Média e o Renascimento. De acordo com ele, a Piazza del Campo, ocupava o local de um antigo fórum romano e era o principal mercado medieval de Siena. Ela começou a ser estruturada com a forma atual, em 1293, concebida como uma grande praça cívica. Com a construção do Palazzo Público (prefeitura) voltado para a praça, as atividades comerciais foram transferidas na parte posterior dessa edificação, originando uma nova praça, a praça do mercado. Diante disso, Sun Alex afirma que a Piazza del Campo se caracterizou como um centro social e um espaço aberto integrado ao tecido urbano.

Figura 10. Figura 10. Ilustração das praças de Siena (Piazza Del Duomo, Piazza Del Campo e Piazza Del Mercato)



Fonte: Alex (2011, p. 33)

Na ilustração 12, é possível perceber três tipologias de praças medievais, em Siena: a Piazza del Duomo, que fica localizada em frente a catedral; a Piazza del Campo, localizada em frente ao Palazzo Público, que era a prefeitura e o ponto focal da praça; e a Piazza del Mercato. Nota-se a grande densidade urbana em contraste com os vazios que as praças proporcionam na malha urbana.

No período seguinte, Renascimento, percebe-se um desejo de reordenamento urbano. Esse período é marcado pelos princípios de ordem, disciplina e racionalidade. Garin (1984) apud Segawa (1996), afirma que a cidade medieval, que foi concebida de forma desordenada em torno de si mesma, com seus edifícios aglomerados ao redor de ruas estreitas, é substituída por uma nova cidade planejada baseada em um desenho racional. Sobre esse contraste entre os dois períodos, Caldeira (2007) declara que o Renascimento buscará a ordem e disciplina divergindo da espontaneidade do espaço medieval, e as principais áreas que sofrem essas modificações são as ruas, avenidas e as praças.

Segawa (1996) afirma que um dos elementos mais notórios da cidade ideal renascentista é a unidade formal. Segundo ele, as cidades europeias nesse período aspiravam pelo desejo de unidade, expresso através de espaços proporcionalmente estudados, rodeados de edifícios com fachadas harmônicas, repetição de elementos, e

a disposição de estátuas, fontes e mastros ao longo da área. Esse perfil é notório em diversas praças, principalmente nas italianas, como por exemplos, a Piazza Santissima Annunziata, em Florence.

Figura 11. Piazza Santissima Annunziata, Florença



Fonte: Visser (2010)

Contudo, muitas cidades europeias já estavam consolidadas, aplicar esses ideais de forma total era difícil. De acordo com Segawa (1996), reorganizar uma cidade dentro dessas novas concepções urbanísticas renascentistas só era possível através de uma forte motivação, pois era uma intervenção urbana de grande magnitude.

Esse período também é marcado pelo início da colonização europeia em outros continentes. O avanço e o apossamento dessas novas terras, faz com que os europeus encontrem o terreno perfeito para aplicarem seus princípios de cidade ideal. Benévolo (2001), cita que o padrão aplicado nas cidades colonizadas era fundamentado em tabuleiros, com as ruas dispostas de forma retilínea e vários quarteirões similares, e no ponto central da cidade, encontrava-se a praça, rodeada pelos edifícios mais emblemáticos, como a igreja e edifícios reais. Segundo ele, as praças deveriam ter o comprimento de no mínimo uma vez e meia da largura, pois era a melhor dimensão para as festas com cavalos.

As modificações urbanas renascentistas se perpetuaram no período do Barroco, com um viés mais intenso de monumentalidade. Nesse período irão se instaurar as praças reais, tendo como seu expoente a França, com as “places royales”.

Segawa (1996), afirma que as intervenções urbanas somadas às manifestações de poder instauraram as monumentais “places royales” francesas, no século XVII. Estas praças reais se caracterizam pelo enquadramento arquitetônico uniforme para a majestosa estátua do rei no centro desse espaço. Esses espaços possuíam um significado político de glorificação do poder da monarquia.

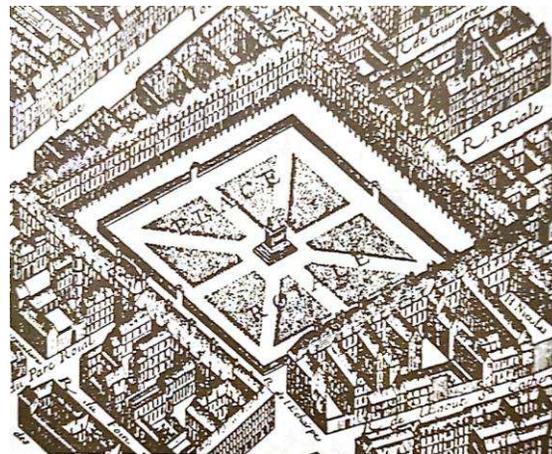
Em Paris, têm-se a Place des Vosges como cânone das tantas outras praças reais que viriam a ser construídas. Sua configuração espacial baseava-se em um espaço geométrico, delimitado por edifícios uniformes, e harmônicos. De acordo com Alex (2011), essa praça aprimorou a ideia do espaço público “arquitetônico”, com a expansão da área e a sua monumentalidade. Ainda segundo ele, a praça se caracterizava por ser um espaço “fechado, solene e teatral”, que se tornou símbolo da nobreza. Sobre essa situação, Segawa (1996) afirma que esse espaço foi ocupado pela elite, onde as habitações foram destinadas a alta sociedade e a praça se tornou cenário de apresentações reais.

Figura 12. Casamento Real de Luis XIII, Place des Vosges



Fonte: Alex (2011, p. 49)

Figura 13. Place des Vosges já com modificações



Fonte: Benévolo (2001, p. 505)

De acordo com Bonet Correa (1978) apud Segawa (1996), nesse período na Espanha, há a consolidação das plazas mayores como ambientes para eventos supervisionados e com rigor, fugindo da configuração aberta e centrífuga presente na Idade Média e tornando-se um “grande teatro”. Segundo ele, a sua unidade manifestava-se não só na planta, mas também na regularidade e harmonização das fachadas. Ele

cita ainda que a massa popular cede lugar a exaltação da monarquia. De acordo com Harouel (1945), a plaza mayor apresenta a configuração retangular, com casas com pórticos ao seu redor e tem como função principal ser um espaço para os espetáculos como touradas, autos-de-fé e cerimônias religiosas.

A partir de meados do século XVIII, a cidade passa por novas transformações sobretudo devido a Revolução Industrial. O crescimento populacional, o aumento da produção, a ascensão da burguesia mercantil e intelectual e a desvalorização do controle público tradicional, incentivando a liberdade da iniciativa privada são alguns dos fatores que alteram a dinâmica nas cidades.

De acordo com Caldeira (2007), a rua e a praça vão perdendo sua influência como espaços públicos e novos espaços de uso comum atraem as pessoas, entre eles: teatros, galerias, bares, cafés e jardins. Dessa forma, percebe-se cada vez mais a substituição dos espaços coletivos pelos espaços privados e semiprivados.

A realidade industrial faz com que no século XIX, as cidades passem por novas transformações de forma a abrigar o novo contingente populacional e resolver os problemas que surgiram com esse crescimento acelerado. Além disso, as cidades deveriam reverberar os progressos tecnológicos da época. Essa realidade faz com que as praças se tornem locais de confluência de vias, transformando-as em áreas de passagem e não mais de socialização. Pode-se observar isso na Paris de Haussmann, onde as intervenções urbanas modificam a Place de l'Etoile, transformando-a em um ponto de convergência de 12 vias com o monumento central, o Arco do Triunfo.

Figura 14. Place de l'étoile, 1857



Fonte: Le Monde illustré, 2017

No século XX, essa perda de influência das praças no contexto de sociabilidade urbana se torna mais evidente. Um dos elementos que mais passam a atuar no traçado urbano é o sistema viário e as transformações decorrentes dessa nova realidade, relega as praças um papel apenas de passagem e de vazio urbano. Os espaços públicos acabam por se tornarem desconexos nas cidades, que têm agora os automóveis como direcionadores do planejamento urbano.

Outro fator que contribui para o distanciamento das praças como espaços para o encontro, é o crescimento de áreas livres e ajardinadas, como os parques, que passam a exercer o papel de local para descanso, convivência, contemplação e lazer. Alex (2011), afirma que a concepção dos espaços verdes estava atrelada a arquitetura e urbanismo do século XX, com a imagem do verde como reduto no contexto urbano, sobressaindo sobre o espaço de convívio social.

Através dessa trajetória, é importante observar um ponto levantado por Gehl (2015), onde ele expõe como a perspectiva sobre o planejamento urbano foi se modificando com o tempo. De acordo com ele, o princípio de organização das cidades seguia a ordem “vida-espaço-edificações”, de forma que a dimensão humana era posta em evidência, seguida pelo desenvolvimento dos espaços públicos e por fim, os edifícios. Contudo, principalmente no período do modernismo, têm-se a evidência dos edifícios, adquirindo lugar central em detrimento da escala humana e dos espaços públicos, como as praças.

3.3 A urbanização e a praça no Brasil

Como já citado anteriormente, a partir do Renascimento, os europeus iniciaram o processo de colonização em outros continentes. Nesse processo, a formação dos novos espaços se moldou a partir das influências urbanísticas dos povos colonizadores. No caso do Brasil, a metrópole dominante no processo de colonização foi Portugal, o que resultou em um processo de formação de cidades baseado na tradição portuguesa. Diante disso, para traçar a trajetória das praças no âmbito nacional, é necessário compreender a influência urbanística portuguesa no território brasileiro. Contudo, é importante observar também a organização espacial dos povos nativos e a influência

que os espaços coletivos já apresentavam em sua cultura antes da chegada dos portugueses.

A população indígena se agrupava em aldeias, que segundo Cadeira (2007), possuíam a configuração espacial de acordo com sua tribo. Contudo, de acordo com ela, independente do padrão, sempre havia a presença de um espaço central que era destinado a reunião das famílias, onde eram realizados cerimônias e rituais. Segundo ela:

A praça representa o espaço comunal, e a casa, o núcleo familiar. Noções como direito, justiça e governo estão representados pelo “Conselho de Anciãos”, dirigido pelo chefe da aldeia e que se legitima nesse espaço comunal. (CALDEIRA, 2007, p. 66).

No período da colonização do Brasil, o processo de catequização realizado pelos jesuítas nas tribos iniciou o povoamento português nas terras indígenas. Segundo Weimer (2005) apud Caldeira (2010), os jesuítas instalavam um cruzeiro na área central das aldeias, e após isso, construía uma capela em frente e a partir daí formavam-se as cidades. Como consequência, Caldeira (2007, p. 67), cita que o processo de ocupação e evolução das vilas se configurou baseado na presença da praça, da cruz central e da igreja.

Então, inicialmente, o processo de construção das cidades brasileiras não dispôs da interferência direta da metrópole portuguesa. Contudo, a partir de meados do século XVII, a coroa portuguesa passa a influenciar diretamente no traçado da colônia e inicia a aplicação das teorias renascentistas de cidade ideal, baseadas na racionalização. Nesse contexto, a praça desponta como elemento formal e essencial na estruturação das cidades. De acordo com Teixeira (2001) apud Caldeira (2010), os exemplos de praças nesse período valorizavam não só a estética que proporcionaria na paisagem urbana, mas também a funcionalidade e o aspecto simbólico.

Elas se inseriam como o cerne de onde se originavam as principais ruas da cidade e normalmente encontravam-se rodeadas por importantes edifícios, como as Casas de Câmara, Igreja Matriz, Convento ou Misericórdia, e possuíam elementos marcantes como o pelourinho, onde era realizado punições à população escravizada. De acordo

com Caldeira (2010), esse conjunto arquitetônico delimitava o caráter das praças, que poderiam ser: cívicas, militares, religiosas ou comerciais.

Como exemplo de praça cívica desse período, há a Praça da Câmara em Salvador, fundada em 1549, que segundo Caldeira (2010), integrava o núcleo social urbano mais significativo. É uma praça que se caracteriza por um nascer de forma mais orgânica, e seu conjunto arquitetônico era composto pela Casa da Câmara e Cadeia, o paço do governador da colônia, a alfândega, entre outros e abrigava diversas atividades, como eventos cívicos, religiosos, desfiles, etc. Com o passar do tempo e com o acréscimo de funções, o nome da praça foi alterado, sendo conhecida como Praça da Feira, Praça da Parada, Praça do Conselho, e atualmente, Praça Municipal.

Figura 15. Praça Municipal- Salvador, 1549



Fonte: Flexor e Paraguassu (2001, p. 103)
apud Silva Pinto (2003, p. 86)

Figura 16. Praça Municipal- Salvador, 1999



Fonte: Flexor e Paraguassu (2001, p. 116)
apud Silva Pinto (2003, p. 86)

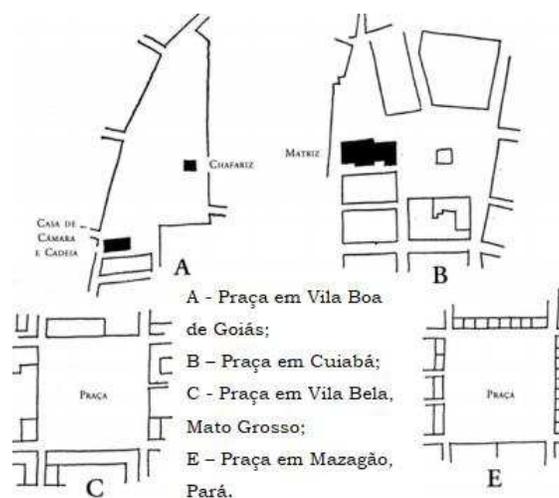
Sobre as praças religiosas, Caldeira (2010) cita que eram espaços anexos a entrada da igreja e que recebiam diversas denominações que retratavam a diversidade de praças desse tipo que existiam, entre elas: Praça Matriz, Terreiro de Jesus, Largo ou Praça da Sé. Marx (1980), fala que era comum no Brasil os largos, pátios e terreiros de São Francisco, do Carmo, de São Bento, entre outros, como elementos que conectavam as igrejas, os conventos e os colégios e as Santas Casas com a cidade. De acordo com Silva Pinto (2003), esses espaços vagos em frente as igrejas, reuniam as famílias e com o tempo se aperfeiçoaram, tornando-se praças.

Era ali que a população da cidade colonial manifestava sua territorialidade, os fiéis demonstravam sua fé, os poderosos, seu poder, e os pobres, sua pobreza. Era um espaço polivalente, palco de muitas manifestações dos costumes e hábitos da população, lugar de articulação ente os diversos estratos da sociedade colonial. (ROBBA E MACEDO, 2002, p. 22).

A partir do século XVII, de acordo com Caldeira (2010), os traçados urbanos “joaninos e pombalinos” espalham-se pelo país, com a inserção de praças formais, concebidas em traçados ortogonais. Sobre isso, Silva Pinto (2003, pág. 81) cita que “as cidades e vilas pombalinas obedecem sempre ao traçado de uma praça quadrada espaçosa, cuja formação das ruas é dada pelo traçado da malha urbana ortogonal.”

Na imagem seguinte (figura 17), Silva Pinto (2003), faz uma comparação entre algumas diferentes tipologias de praças presentes ao longo do Brasil Colônia. Segundo ela, o primeiro modelo A, de Vila Boa (Goiás) retrata uma configuração mais espontânea, enquanto o modelo B, de Cuiabá reflete um início da propagação dos ideais renascentistas, com a presença do monumento no centro da área. As praças C e E, do Mato Grosso e Pará, respectivamente ilustram as praças no período pombalino, com a configuração espacial quadricular e o traçado ao redor regular.

Figura 17. Praças no Brasil Colônia



Fonte: Santos (2001, p. 75) apud Silva Pinto (2003)

A chegada da família real portuguesa no Brasil, no início do século XIX marca o início de diversas intervenções urbanas, principalmente no Rio de Janeiro, que se tornou a nova capital. Segawa (1996), fala que pouco tempo depois dessa chegada, as

autoridades portuguesas manifestaram as primeiras orientações de modificações urbanas a partir de normas de arruamento e ocupação territorial.

De acordo com Caldeira (2007), esse período iniciou uma nova perspectiva a respeito da cidade, que segundo ela, “se transformou no *locus* de representação e contestação do poder real” (CALDEIRA, 2007, p. 120). As principais alterações se deram nos espaços públicos para com a abertura de ruas, regularização das calçadas, harmonização das fachadas e introdução de novas práticas de sociabilidade.

Nesse novo contexto, alguns espaços públicos se transformaram nos núcleos de manifestações e celebrações imperiais, como o Largo do Paço, no Rio de Janeiro. Segundo Caldeira (2007), esses espaços públicos adquirem status e se tornam “espaço-símbolo” da cidade imperial.

Figura 18. Ilustração do Campo de Santana em 1818, de Franz Joseph Frübeck.



Fonte: Segawa (1996)

Acompanhando a tendência internacional, o século XIX é marcado no Brasil pelas intervenções com caráter sanitaristas, objetivando melhorar as condições higiênicas, além de ornar o espaço urbano. Nesse período também tem a passagem do Brasil Colonial para o Brasil República. Logo, essas modificações ocorreram nas principais cidades, nas áreas centrais objetivando uma nova paisagem urbana desvinculada da tradição colonial.

De acordo com Novaes (2011), nesse contexto, as praças vão se distanciando de alguns usos marcantes do período colonial, como por exemplo: o aspecto comercial, que

passa a ser realizados em ambientes fechados; e o uso militar, pois já não aconteciam os eventos desse âmbito nas praças. As praças da república despontam nesse período, de caráter cívico, nas principais cidades. Caldeira (2007) cita que:

Essas novas praças reproduziram estruturas urbanas encontradas nas praças-símbolo da cidade colonial: espaços que se tornaram marcos a partir das funções desempenhadas pelo conjunto arquitetônico circundante. A diferença das praças republicanas corresponde ao fato de que, na origem do projeto, encontra-se mais explícita a intenção de estabelecerem-se marcos do poder republicano sobre um contexto urbano preexistente. (CALDEIRA, 2007, p. 126).

De acordo com Caldeira (2007), essa nova realidade enfatiza a questão das regras e dos códigos de conduta, objetivando criar a imagem de nação civilizada. Segundo a autora, “regularizar, ordenar, organizar, limpar, ‘sanear’, embelezar são palavras de ordem de um novo mundo que deseja se distanciar do ambiente colonial.” (CALDEIRA, 2007, p. 129).

Contudo, o que se observa nesse processo, é o estabelecimento de uma cultura de exclusão urbana, que buscava principalmente o embelezamento das áreas centrais da cidade, como forma de expulsar as camadas menos avantajadas para outras regiões e valorizar a elite.

Um exemplo dessa fase, é Belo Horizonte, que surge como a primeira cidade planejada após o Brasil virar República. De acordo com Caldeira (2007), a concepção da nova capital mineira estava ligada as ideias de racionalidade do traçado urbano e de criação de um cenário com ruas e avenidas como elementos principais na morfologia urbana.

Em Belo Horizonte, as praças se inserem também como elementos fundamentais. Como cita Caldeira (2007), elas estavam presentes em todos os cruzamentos das grandes avenidas, e em frente a prédios públicos importantes. Segundo a autora, as praças eram concebidas baseadas em um rigor geométrico, seguindo os ideais de cenário urbano, com a utilização de perspectivas, simetria, e pontos de fuga e tinha como objetivo organizar o sistema viário, estabelecer marcos visuais e estruturar os conjuntos urbanísticos.

No final do século XIX, outra modalidade de praças que surgem são as praças ajardinadas. Essa nova modalidade traz a vegetação para dentro das praças e modifica sua característica de ser um espaço social para um local de descanso e contemplação. De acordo com Novaes (2011), esses novos espaços ajardinados eram influenciados pelo urbanismo europeu e se destinava a burguesia mercantil em ascensão.

Novaes (2011) exemplifica esse processo através da cidade de Belém, durante o período de 1897 e 1911, período de administração do Intendente Antônio José Lemos. Segundo o autor, a partir da metade do século XIX, devido ao crescimento da economia da borracha, a cidade inicia o processo de reestruturação do espaço urbano para abarcar o novo status e a relevância que a cidade recebia e atender os interesses da elite.

O projeto de urbanização da cidade com a construção de praças, jardins, quiosques, belos palacetes, largas avenidas, amaranhava - se com o bota - abaixo de cortiços, da proibição de ambulantes em determinadas vias da cidade, do controle dos trabalhadores através da obrigatoriedade de matrículas e da multa ao carroceiro que conduzia mal a sua carroça; enfim era, uma série de medidas que marcavam esse dia-a-dia com confrontos entre a população e os representantes da municipalidade. (SARGES, 2002, p. 147 apud NOVAES, 2011, p. 35).

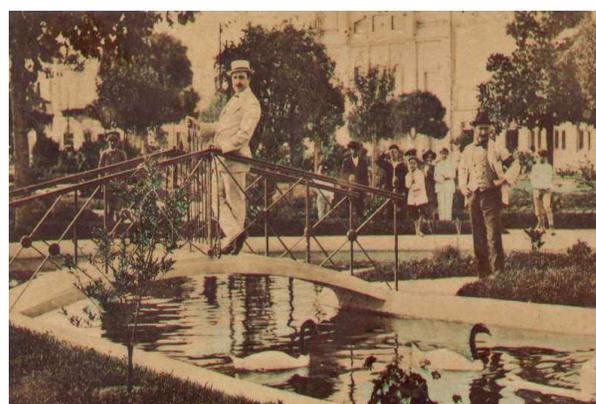
A partir daí se dá o processo de ajardinamento dos espaços urbanos em Belém, que além do aspecto estético, atendia aos interesses de conceber áreas salubres e higiênicas na malha urbana. No aspecto social, essa nova modalidade de praça seguia normas de conduta e comportamento visando atender um público específico. Segundo Novaes (2011), isso refletia os ideais modernizadores da elite que desejava espaços públicos destinados à sua classe social.

Figura 19. Praça Batista Campos - Século XX



Fonte: Praça... (19--)

Figura 20. Praça Batista Campos- 1920



Fonte: Praça... (19--)

Nesse contexto a praça era um espaço público, porém tinha um público específico, a classe privilegiada enriquecida com a exportação da borracha, onde este público utilizava este espaço para passear, contemplar a natureza, e para isto usavam seus melhores trajes europeizados. (NOVAES, 2011, p. 36).

A tendência de espaços ajardinados se perpetuou nas cidades no século XX. O paisagismo passa a se fazer mais presente nas cidades brasileiras, alterando as ruas, calçadas e praças e estava diretamente ligado ao desejo de se moldar nos padrões de embelezamento que as cidades internacionais estavam passando. De acordo com Robba e Macedo (2002), a praça vira um cenário ajardinado, que abriga atividades voltadas à recreação e contemplação.

Nesse século, têm-se a intensificação da corrente modernista influenciada pelas cidades europeias e norte-americanas. Agora a cidade tem como elementos principais as grandes avenidas, os automóveis, os edifícios altos e os espaços livres. Esse período é marcado pela amplificação das praças, que passam a ocupar grandes áreas, contudo se tornam vazios urbanos, que por não oferecerem uma estrutura convidativa, não atraem as pessoas para permanecerem no espaço e acabam se tornando espaços de circulação e usadas apenas em eventos específicos.

A trajetória da praça no Brasil esteve ligada as influências internacionais, contudo, sempre moldada de acordo com as particularidades da realidade nacional. O caminho que esse espaço público percorreu demonstra um elemento que teve grande prestígio na realidade urbana, como elemento determinante no traçado das primeiras cidades brasileiras e como espaço de encontro e sociabilidade, contudo, foi aos poucos perdendo essas características e se enquadrando em novas funções. Nas últimas décadas, devido à perda da vitalidade urbana em muitas cidades, houve um despertar para a revalorização desses espaços. O próximo tópico abordará a multiplicidade de funções que as praças carregam hoje e como elas atuam na dinâmica das cidades atualmente.

3.4 Usos

Nesse subcapítulo, será abordado algumas das funções que as praças exercem. A escolha dos usos a serem apresentados foi baseada no contexto em que a área de intervenção desse trabalho se encontra, e essas categorias foram baseadas na divisão feita pela autora Leitão (2002). De acordo com ela, a função que cada praça exerce é

definida pela maneira que cada sociedade manifesta sua vida comunitária e se altera em função das mudanças sociais e históricas ocorridas.

3.4.1. Espaço social

Mesmo com a perda de importância que sofreu ao longo dos anos, e de ter se enfraquecido como um espaço de sociabilidade, a praça ainda se configura como um espaço fundamental para o encontro. Nessa categoria, pode-se elencar as funções definidas por Leitão (2002): de estar e de festa. Atualmente, seu uso está muito vinculado a outros elementos, que podem compor o conjunto arquitetônico e criar uma esfera de integração. Elas abrigam desde atividades mais cotidianas, como passeios, trocar conversa, jogar e lazer das crianças, até eventos maiores, como apresentações e shows, dependendo do espaço.

Nesse contexto, como exemplo dessa categoria, tem-se a Federation Square, em Melbourne, na Austrália. Essa praça foi criada em 2002, dentro de uma série de iniciativas da administração local para fomentar a vitalidade urbana que estava em decadência. Com isso, a praça foi projetada para ser um espaço social, um ponto de encontro na cidade, que fosse acessível e pudesse integrar os espaços em volta: o Rio Yarra, a estação Flinders Street e a St. Paul's Cathedral.

Figura 21. Federation Square, Melbourne - Austrália



Fonte: EGuide Travel (2011)

Figura 22. Federation Square, Melbourne - Austrália



Fonte: EGuide Travel (2011)

A praça foi idealizada pelo escritório local Lab Architecture Studio, em uma área de 3,2 hectares, englobando vários usos como restaurantes, museus, lojas, cinema e acolhendo vários eventos, que tornam o espaço um polo atrativo de fluxos e um ponto central de lazer da cidade.

3.4.2. Espaço educativo

Um dos usos das praças atualmente está voltado para a educação. Elas são espaços que possuem um grande potencial para contribuir na formação das pessoas, principalmente dos jovens. Quando aliadas às escolas e outras iniciativas educativas, essa característica é ainda mais desenvolvida, possibilitando um ambiente de trocas, experiências, vivência, e que conseqüentemente gera um sentimento de pertencimento em relação ao espaço.

Quando uma aula, mesmo que seja uma aula tradicional, acontece numa praça, ela é necessariamente política, porque ela faz a pessoa em desenvolvimento perceber que ele não é só estudante: ela também é vizinha, é criança, é irmã. Ela se enxerga em sua pluralidade. E quando isso acontece, eu sinto que isso potencializa perspectivas, isso cria capacidade de intervenção não só onde elas vivem, mas também em suas vidas (GRAVATÁ apud NOGUEIRA, 2016, pág 1).

A citação acima é de André Gravatá, um dos organizadores do projeto “Virada Educação” que teve como ponto de partida a cidade de São Paulo, e hoje em dia tem se espalhado para outras cidades. O projeto consiste em incentivar a apropriação de espaços, como as praças, para promover uma atmosfera de coletividade e trocas de experiências entre as pessoas, além de demonstrar o potencial que as cidades possuem

de contribuir na formação e educação das pessoas. Durante alguns dias, eles ocupam um espaço com a realização de workshops, apresentações e oficinas, em parceria com a comunidade escolar, coletivos da cidade, instituições, e grupos culturais para fomentar um ambiente educativo e que crie um sentimento de pertencimento.

Figura 23. Virada Educação 2015- Praça Roosevelt



Fonte: Manreza (2015)

Figura 24. Virada Educação 2015- Praça Roosevelt



Fonte: Manreza (2015)

3.4.3. Espaço ecológico

Como citado nos subcapítulos anteriores, ao longo da história, as praças adquiriram um aspecto mais “verde” e atualmente, grande parte desses espaços no Brasil são ajardinados. Diante dessa realidade, Leitão (2002) afirma que essa característica afeta diretamente na qualidade de vida das cidades, pois oferece melhoria no clima, na qualidade do ar, da água e do solo.

Para exemplificar esse uso, apresenta-se a Praça Victor Civita, em São Paulo. O projeto surgiu em 2007, a partir da necessidade de recuperar uma área onde funcionava o Incinerador Pinheiros, e que devido a isso, se encontrava bastante contaminada. A iniciativa surge de uma parceria público-privada com o intuito de proporcionar um espaço saudável de encontro para a população local.

De acordo com Helm (2011), a concepção do projeto se baseou em ideias sustentáveis, que buscavam reduzir a quantidade entulhos e o consumo de energia, utilizar materiais reciclados e certificados, e que tivessem alternativas para reuso de água e energia solar. Ela afirma que a praça é um “Museu Vivo”, que permite a população conhecer sobre processos sustentáveis, energia limpa e educação ambiental. Ao longo

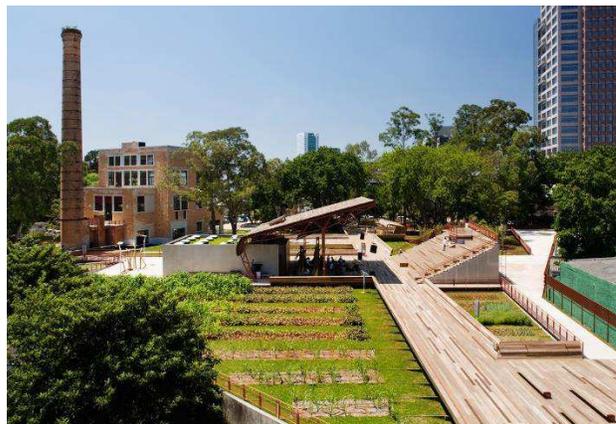
da praça há vários pontos com informações sobre os métodos, materiais e técnicas utilizadas no projeto para recuperação da área. Além de oferecer um ambiente agradável para a população, é um espaço que promove a educação ambiental.

Figura 25. Praça Victor Civita, São Paulo



Fonte: Kon (2008)

Figura 26. Praça Victor Civita, São Paulo



Fonte: Kon (2008)

Esse capítulo se encerra com todo esse panorama a respeito das praças onde é possível observar sua trajetória histórica e social, analisando sua pluralidade de funções e diferentes formas de se inserir na cidade. Todo esse embasamento teórico servirá de subsídio para a melhor percepção da área de intervenção do trabalho, que será apresentada no próximo capítulo e por fim, para a elaboração do estudo preliminar de um espaço público que comporte as necessidades e anseios da comunidade.

4. ÁREA DE INTERVENÇÃO

A elaboração de um projeto de intervenção urbana perpassa pela realização de um diagnóstico da área englobando seu entorno, para que seja possível ter uma compreensão melhor a respeito do espaço e conseqüentemente, a proposta seja concebida de forma que atenda todas as necessidades.

Leitão (2002) afirma que a análise da área de intervenção exige a pesquisa em diversas perspectivas, com informações relevantes, que englobam levantamentos visuais, topográficos, sociais, funcionais, afetivos, entre outros. Sob essa ótica, esse capítulo terá como foco compilar todos os dados a respeito da área de estudo desse trabalho para que seja mais um pilar na elaboração do projeto.

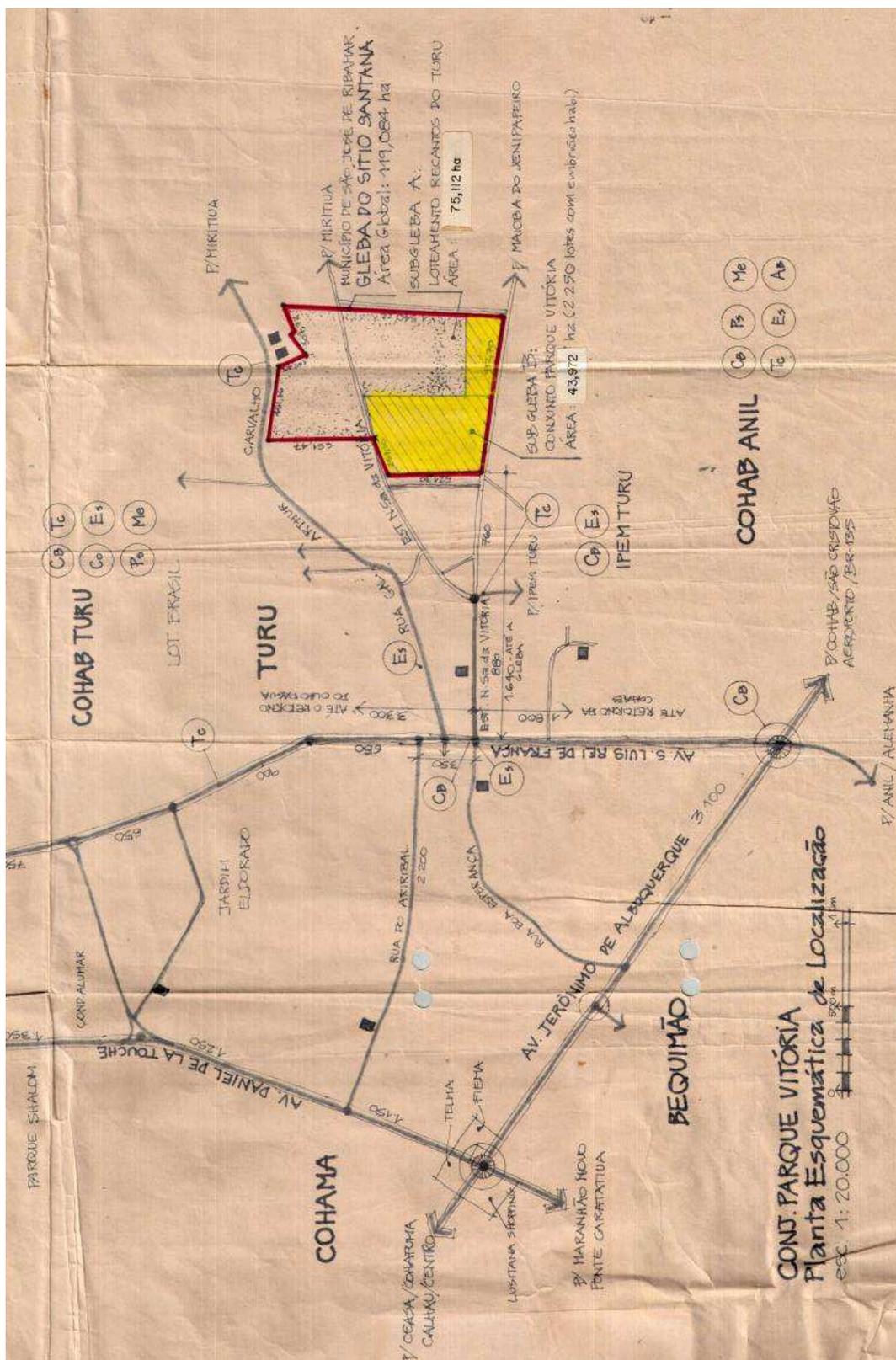
4.1 Panorama histórico do bairro

A área em questão fica localizada no bairro do Parque Vitória, pertencente ao município de São José de Ribamar (MA). Devido a escassa biografia a respeito do bairro, esse subcapítulo foi construído através da história oral concedida por alguns moradores mais antigos do bairro e com informações coletadas na Superintendência de Licenciamento e Fiscalização Urbanística da Secretaria Municipal da Receita e Fiscalização Urbanística (SEMREC) de São José de Ribamar.

O bairro surgiu na década de 1990 em uma região conhecida como Turu Velho, através do financiamento da Caixa Econômica Federal. O projeto urbanístico de parcelamento do solo foi aprovado em 1991 e em 1992 as casas começaram a ser ocupadas.

Através da planta de localização do projeto do Conjunto Parque Vitória, concedida pela Superintendência de Licenciamento e Fiscalização Urbanística, nota-se que o bairro nasceu na Gleba do Sítio Santana, pertencente a São José de Ribamar com uma área de 119,084 hectares, que foi dividida em duas subglebas: a subgleba A, correspondente ao Loteamento Recantos do Turu (com 75,112 hectares) e a subgleba B, correspondente ao Conjunto Parque Vitória (com 43,972 hectares).

Figura 27. Planta de Localização do projeto urbanístico do Conjunto Parque Vitória (1991)



Fonte: SEMREC, 2019.

O bairro foi criado com o objetivo de ser residencial, e contou inicialmente com 2250 lotes. Ainda hoje é possível observar algumas casas que conservam a tipologia original, como pode ser observado na imagem seguinte (figura 28). De acordo com os relatos de moradores mais antigos, os serviços e comércio eram bastante escassos no bairro. Eles precisavam seguir uma tabela com horários do gás e outros serviços para serem servidos e o comércio local só foi se desenvolvendo com o passar dos anos.

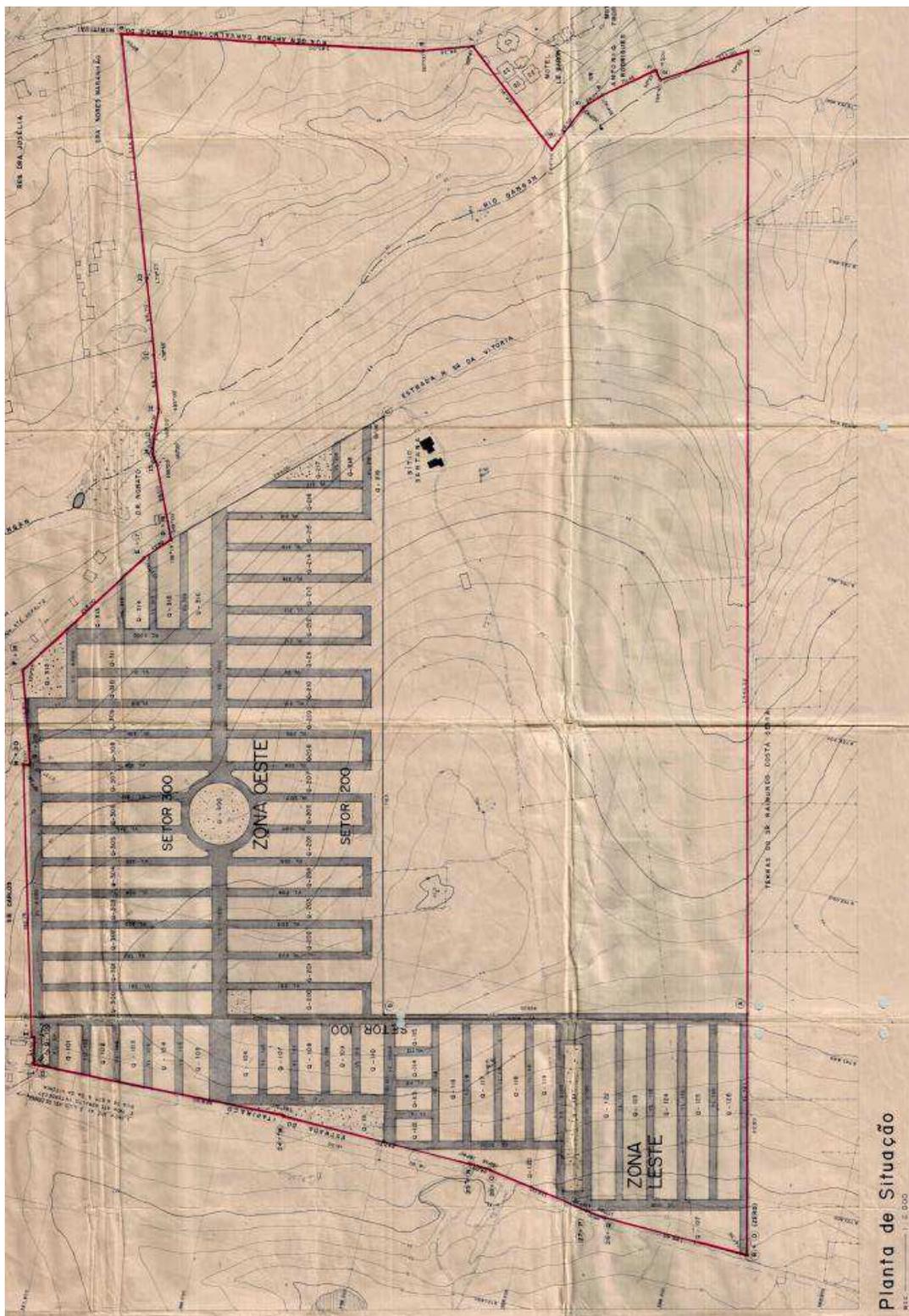
Figura 28. Tipologia original das casas do Parque Vitória



Fonte: Google Earth, 2019.

Apesar de ter sido criado em uma área de São José de Ribamar, por muitos anos houve uma disputa com a prefeitura de São Luís sobre qual município o bairro fazia parte, pois está localizado em uma área de transição. Devido a isso, o bairro sofreu por muito tempo com a falta de muitos serviços de infraestrutura básica. Apenas nos últimos anos, após ter sido oficializado como bairro de São José de Ribamar, que ele tem conseguido a implantação de alguns serviços básicos.

Figura 29. Planta de Situação com a disposição das quadras – Parque Vitória 1991



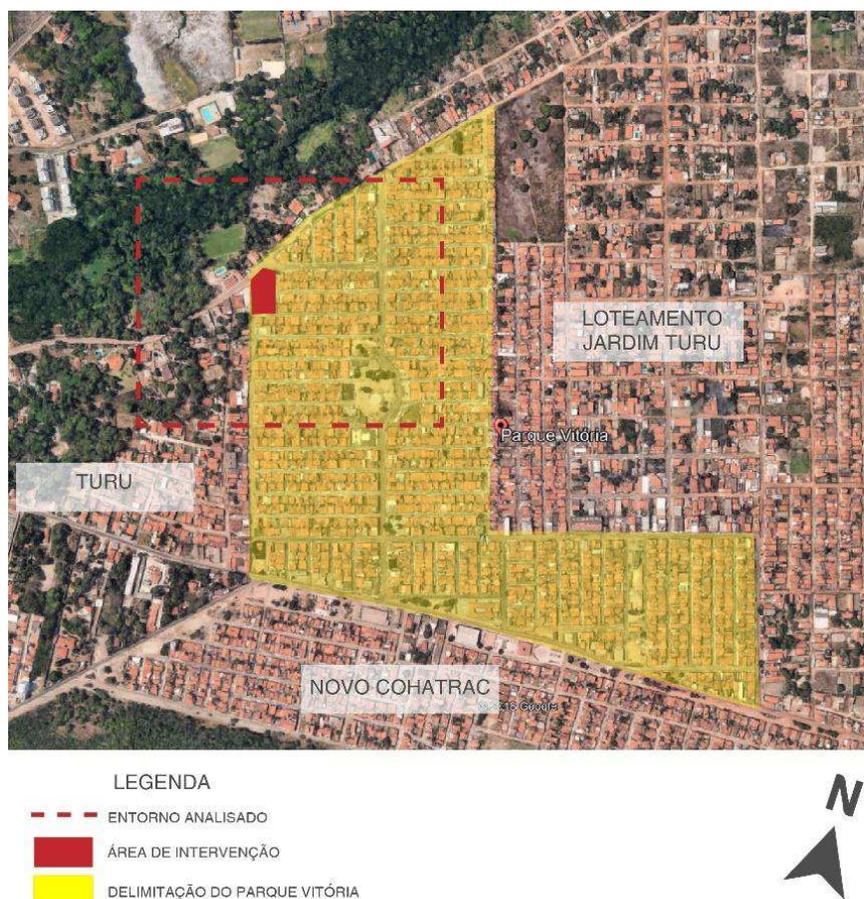
Fonte: SEMREC, 2019.

4.2 Diagnóstico da área

Para realizar a análise mais detalhada, foi delimitado uma região de aproximadamente 150m do entorno do terreno da intervenção, para dessa forma auxiliar na percepção do espaço e contribuir para a elaboração do projeto. As análises que serão apresentadas a seguir, são resultados de observações do espaço, juntamente com informações disponibilizados pela SEMREC, levantamentos topográficos, fotográficos e imagens do Google Earth.

A área de intervenção desse trabalho fica localizada no limite do bairro Parque Vitória, na porção noroeste. O terreno é rodeado pela Via Coletora Seis Mil, Via Local 310, e Via Coletora Cinco Mil. Possui uma área de aproximadamente 2550 metros quadrados, sendo aproximadamente 1800 metros quadrados livres em função da apropriação por parte de uma família.

Figura 30. Delimitação da área de estudo



Fonte: Google Earth com edições da autora, 2019.

De acordo com relatos dos moradores, o espaço era inicialmente uma área verde pública e que abrigava um ponto de ônibus. Com o passar do tempo e a ocupação do bairro, na década de 1990, o espaço começou a ser utilizado como lixão informal em uma parte da área. Somado a essa situação, segundo relatos de moradores, um casal estabeleceu uma barraca informal de café e lanches no espaço, que atendia principalmente os passageiros e os motoristas de ônibus que passavam pelo local. Com o tempo eles foram ampliando o espaço ocupado, até o momento que estabeleceram sua casa. Após isso, estabeleceram posteriormente mais duas casas para familiares. Atualmente, o terreno cercado por eles para uso privado, ocupa uma porção considerável da área.

A situação de insalubridade que se instalou no terreno, devido ao depósito de lixo, estimulou os moradores vizinhos a se mobilizarem para zelar e preservar o espaço, processo que levou bastante tempo, pois era necessário rever essa cultura.

Nos anos seguintes, durante esse processo de cuidado e conservação da área, funcionários da escola e moradores criaram canteiros, plantaram mais árvores como as palmeiras e a amendoeira, presentes atualmente, e instalaram alguns bancos improvisados com pedaços de madeira reaproveitados. Contudo, a área nunca recebeu uma infraestrutura propícia para ser um espaço de permanência, de convívio e troca.

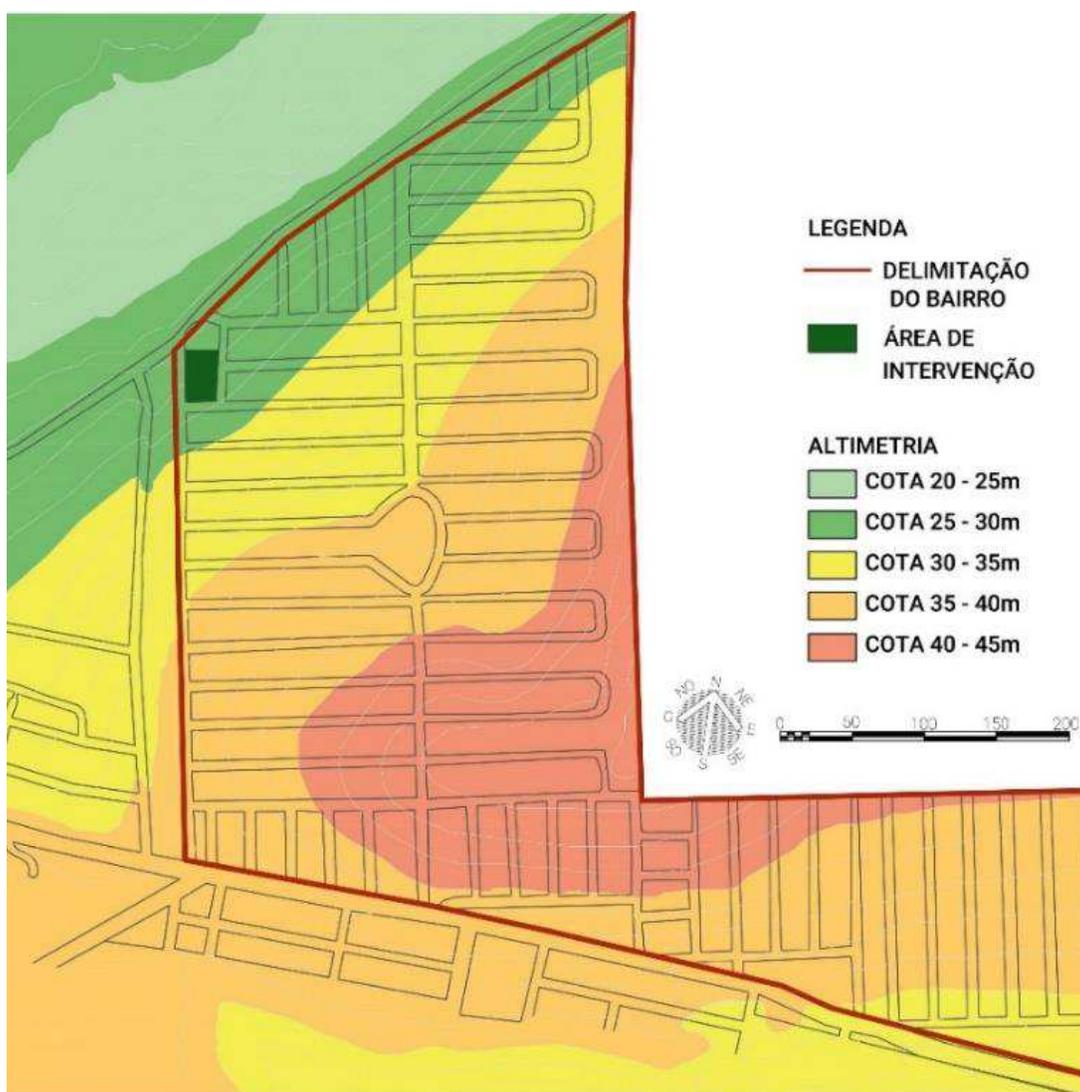
De acordo com depoimentos dos moradores, raríssimas vezes a manutenção da área foi realizada pela prefeitura. Devido a inconstância em relação qual prefeitura era responsável pelo bairro, os ofícios solicitando o cuidado com a área não eram atendidos. Atualmente a área se encontra em uma situação bastante precária, tornando cada vez mais hostil seu uso.

4.2.1. Topografia

Coqueiro (2018) sinaliza sobre a importância da análise do relevo, pois permite compreender fatores como o escoamento de águas pluviais. Segundo ela, essa percepção auxilia no cuidado com a elaboração do projeto de forma que sejam aplicadas alternativas para impedir acúmulo de água.

A análise do mapa topográfico do bairro indica que o bairro do Parque Vitória apresenta curvas de nível no intervalo entre as cotas 26m e 44m. A área de intervenção se encontra no ponto mais baixo do bairro, entre as cotas 26m e 29m. A partir de observações e de relatos, notou-se que o lado da área de intervenção que fica para a Via Coletora Seis Mil é o mais afetado pelo acúmulo de água, devido a inclinação dela que se inicia na cota 38m. Durante as chuvas, há um intenso fluxo de água na área e a drenagem não é suficiente para contê-lo, fazendo com que essa via se torne intrafegável para os pedestres.

Figura 31. Mapa da topografia



Fonte: Planta de localização com edições da autora, 2019.

Figura 32. Via Coletora 6000 em dia de chuva



Fonte: Arquivo pessoal, 2019

Figura 33. Via Local 310 em dia de chuva



Fonte: Arquivo pessoal, 2019.

4.2.2. Legislação aplicável

De acordo com a Lei Complementar nº 09 de 08 de novembro de 2007, que dispõe sobre o Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do município de São José de Ribamar, o bairro do Parque Vitória encontra-se na Zona Residencial 5 (ZR-5).

Segundo o artigo 6º, essa zona permite os seguintes usos: comércio varejista; comércio de combustível, derivados de petróleo e outros produtos similares; meios de hospedagem; motel; prestação de serviços não poluente; serviços de alimentação e lazer; educação em geral; saúde em geral; serviço de utilidade pública em geral; serviços bancários e afins; atividades industriais toleradas ao meio urbano; atividades incômodas ao meio urbano; equipamento para atividade administrativa governamental; equipamento para atividades de defesa e segurança; equipamento para cultura e lazer; residencial e misto.

De acordo com o artigo 8º, na ZR 5 o gabarito máximo permitido é 03. Este fator influencia diretamente na dinâmica urbana, que nesse caso ocorre a nível dos olhos. Segundo Gehl (2015) é fundamental que o planejamento urbano busque essa harmonização. Ele cita que a conexão entre o plano das ruas e os edifícios altos efetivamente se perde depois do quinto andar. Na região analisada, a maioria dos lotes por serem residenciais ou comerciais, possuem edificações apenas com térreo ou com 1 pavimento.

O artigo 25º define que “Para localização de áreas verdes, praças e equipamentos comunitários, de educação, saúde e lazer deverão ser consideradas a centralidade e a integração dessas áreas com o contexto urbano local.” A área desse estudo localiza-se em um ponto em que há carência de espaços livres públicos para usufruto da população. Dessa forma, é fundamental a promoção de um espaço que favoreça essa integração.

4.2.3. Vias

A área de intervenção está localizada em um trecho com predominância de vias locais. Nessas vias, o fluxo predominante é destinado ao acesso das residências localizadas no seu entorno.

Figura 34. Via local com cobertura das árvores do terreno



Fonte: Arquivo pessoal, 2019.

A outra modalidade é referente as vias coletoras, que são a Via Coletora 5000, a Via Coletora 6000, a Via Coletora 7000 e a Rua Nossa Senhora da Vitória, que apresentam um fluxo mais intenso de automóveis. A Via Coletora 6000 está rente a uma face do terreno e é a que tem um maior fluxo dentre as vias que delimitam o terreno. Através dela que se dá o fluxo de transportes públicos que atendem a parada de ônibus localizada no terreno.

Figura 35. Mapa das vias



Fonte: Google Earth com edições da autora, 2019.

Figura 36. Via Coletora 6000



Fonte: Arquivo pessoal, 2019

Figura 37. Via Local 310

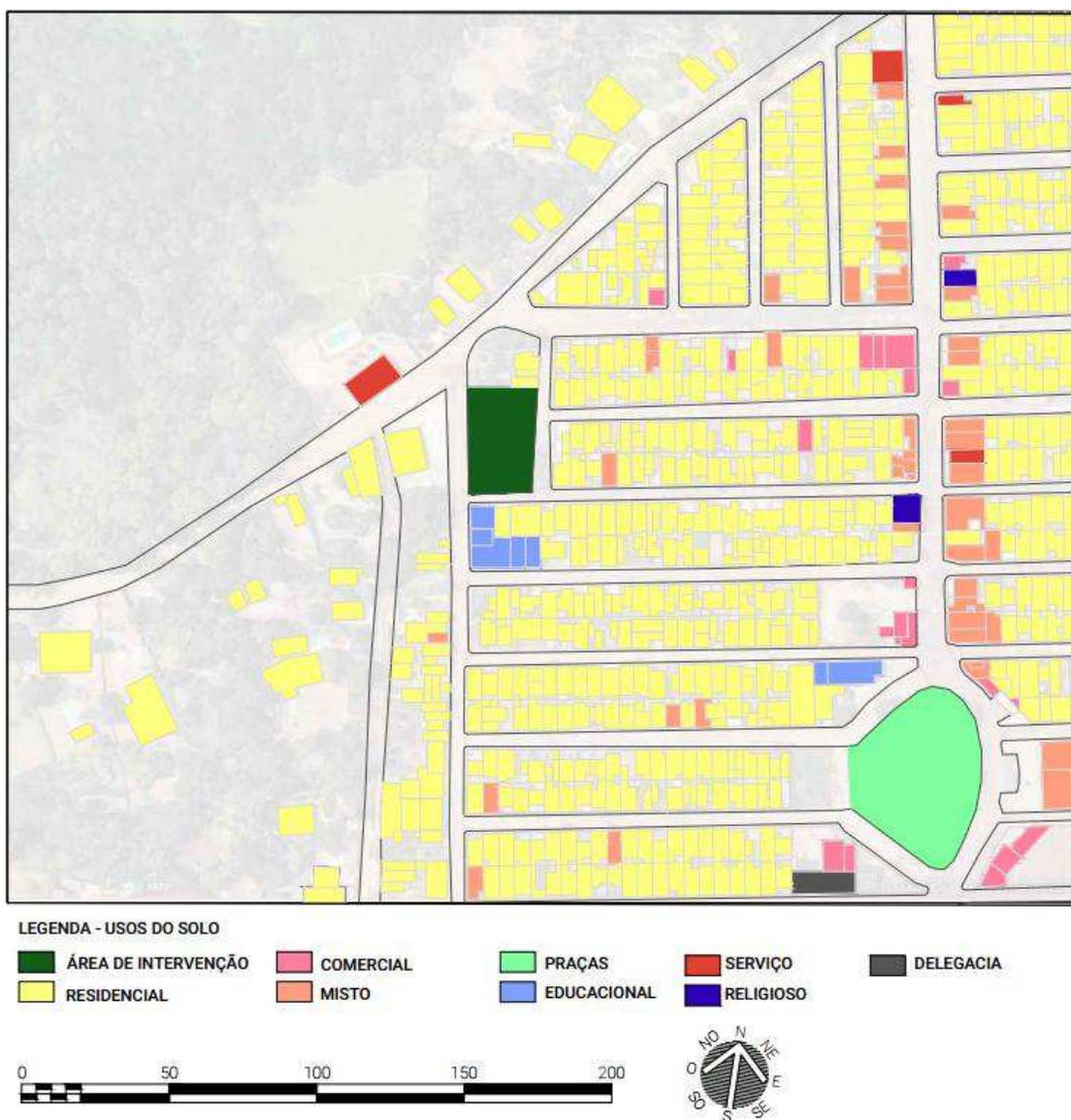


Fonte: Arquivo pessoal, 2019.

4.2.4. Uso do solo

Como citado anteriormente, os usos permitidos nessa área englobam as categorias de serviço, comércio, residencial, industrial e institucional. A observação do mapa de usos (figura 38) permite constatar que o uso predominante na região é o residencial, seguindo a função original do bairro. Em seguida, principalmente nas avenidas, observa-se o uso misto (residencial e comercial juntos) e o comercial. Outros usos identificados no entorno foram: educacional, prestação de serviços, religioso e institucional (delegacia).

Figura 38. Mapa de usos



Fonte: Google Earth com edições da autora, 2019.

Essa percepção é fundamental, pois guiará o desenvolvimento do projeto. Segundo Leitão (2002), analisar o entorno permite identificar as principais funções que ele exerce e quais as peculiaridades do local. Segundo ela, áreas com forte uso residencial, por exemplo, indicam que a vocação do espaço público pode ser o caminhar ou o estar.

Um uso importante para se destacar nessa análise é o educacional, pois há uma escola de frente para a área de intervenção. Criada em 1996, a Escola Jesus Menino é uma instituição privada, com ensino que engloba do ensino infantil até o 9º ano do ensino fundamental. Através de uma entrevista com a diretora, foi constatado que a escola possui 550 alunos, onde grande parte são moradores do bairro.

Com o funcionamento nos turnos matutino e vespertino, a escola exerce um papel fundamental na manutenção e uso da área de intervenção. As atividades esporádicas que são realizadas no espaço, são oriundas de atividades escolares, principalmente relacionadas a questões ambientais, de preservação e cuidado, com apresentações e brincadeiras.

Figura 39. Evento no Dia da Árvore



Fonte: Instagram Escola Jesus Menino, 2018

Figura 40. Encenação dos alunos da Escola



Fonte: Instagram Escola Jesus Menino, 2017

Figura 41. Evento do dia do meio ambiente



Fonte: Arquivo Escola Jesus Menino, 2019

Figura 42. Evento do dia do meio ambiente



Fonte: Arquivo Escola Jesus Menino, 2019

4.2.5. Cheios e Vazios

Essa análise permite observar o adensamento da área de intervenção. A presença desse estudo é fundamental para compreender como um espaço livre público pode interferir na região. De acordo com o a figura abaixo, referente ao mapa de cheios e vazios, percebe-se que o terreno é cercado em duas de suas faces por áreas bastante adensadas. São justamente as faces que estão voltadas para o bairro do Parque Vitória. Observando a região sudeste, nota-se uma área altamente concentrada, onde o vazio mais próximo é a Praça do Rodão. As outras duas faces, que estão voltadas para a fronteira do bairro com o Turu, indicam uma região com adensamento bem menor, pois é uma região caracterizada pela presença de sítios.

Dessa forma, a presença de um espaço público na região é vital, pois dentre um grande adensamento de espaços privados, a comunidade precisa de mais áreas abertas que promovam o encontro e a sociabilidade. A área em questão tem um grande potencial de afetar positivamente na qualidade de vida da região.

Figura 43. Mapa de cheios e vazios



Fonte: Google Earth com edições da autora, 2019.

4.2.6. Condições ambientais

A seguinte análise permite observar como se comporta insolação, a ventilação e a vegetação no terreno e nas áreas adjacentes. Essa etapa é essencial para que o projeto utilize o potencial natural do espaço para promover um ambiente confortável, onde essas características ambientais venham a somar.

Observando a Figura 44, nota-se como está disposta a vegetação no terreno e no entorno. Avaliando o entorno, o que se percebe é que a sul e a leste do terreno, a presença de vegetação é muito escassa, pois é uma área altamente adensada com edificações. Em contrapartida, a norte e a oeste do terreno, já se nota uma intensa presença de vegetação. Avaliando o terreno de intervenção, foram contabilizadas 20 árvores, dos mais variados portes e alturas, dentre elas, palmeiras e uma amendoeira. Esse fator é um grande potencial da área, pois cria uma grande cobertura vegetal, proporcionando um clima mais ameno, além de oferecer uma ótima paisagem.

Figura 44. Vista área com enfoque na vegetação



Fonte: Google Earth com edições da autora, 2019.

Figura 45. Arborização do terreno



Fonte: Arquivo pessoal, 2019

Figura 46. Arborização do terreno

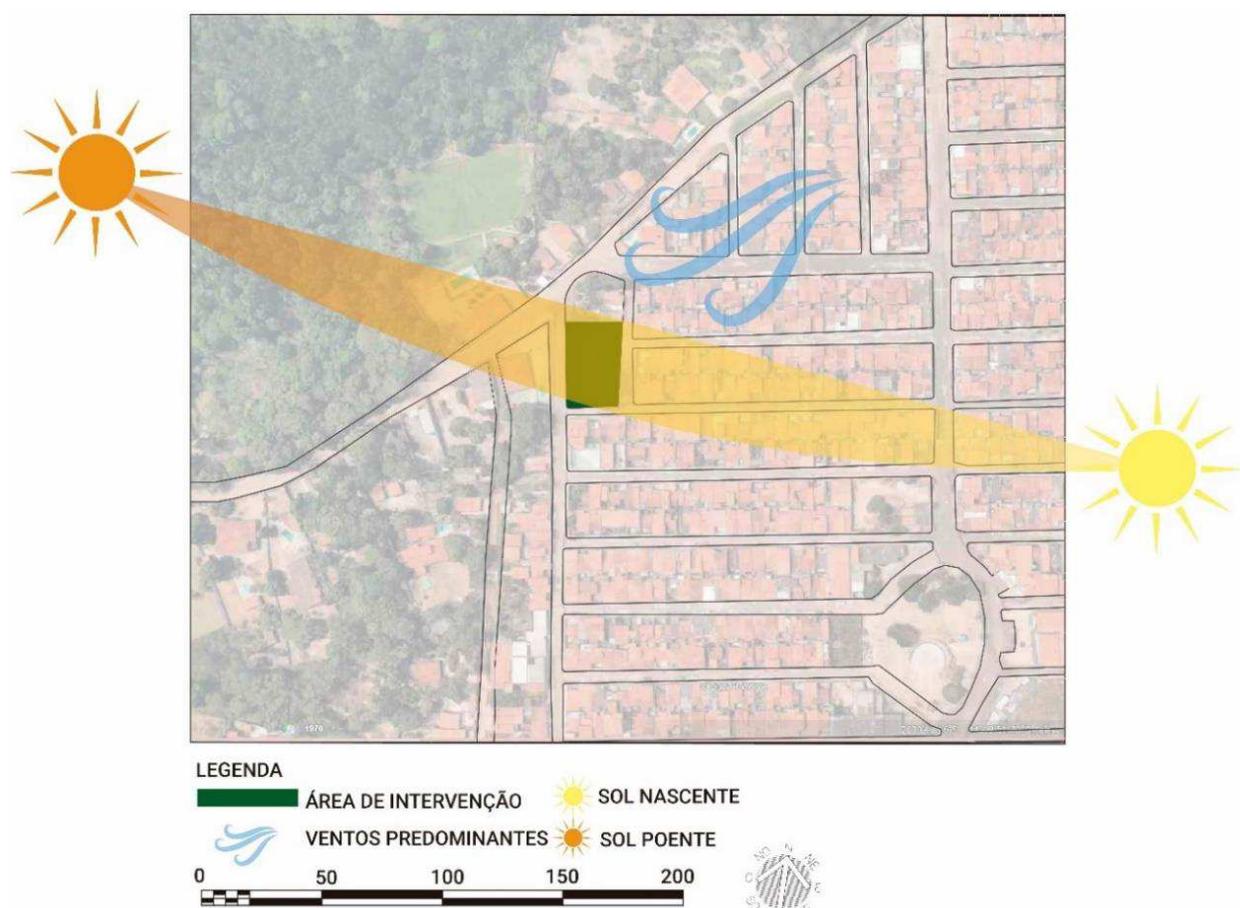


Fonte: Arquivo pessoal, 2019

Na figura 47 é possível observar que os ventos predominantes vêm do sentido nordeste. Somado ao fato de que o terreno possui intensa arborização, isso contribui decisivamente para que ele seja uma área agradável do ponto de vista climático.

Em relação a insolação, como as edificações vizinhas são em sua maioria residências que possuem apenas o térreo, não bloqueia a incidência solar na área. O elemento que contribui decisivamente para o sombreamento do espaço são as árvores, que se encontram em grande quantidade no espaço e amenizam o calor.

Figura 47. Mapa de insolação/ventilação



Fonte: Google Earth com edições da autora, 2019.

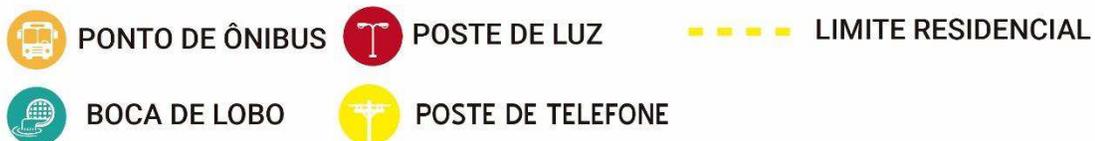
4.2.7. Infraestrutura do terreno

Essa análise aborda as condições atuais do terreno em relação a infraestrutura. Como será observado, a área em questão nunca recebeu uma infraestrutura adequada para que a população pudesse usufruir e permanecer no espaço. Essa realidade ocasionou no afastamento das pessoas, que a usam apenas como passagem. Essa ausência das pessoas influenciou para que a área se tornasse um ponto hostil.

Figura 48. Mapa de infraestrutura do terreno



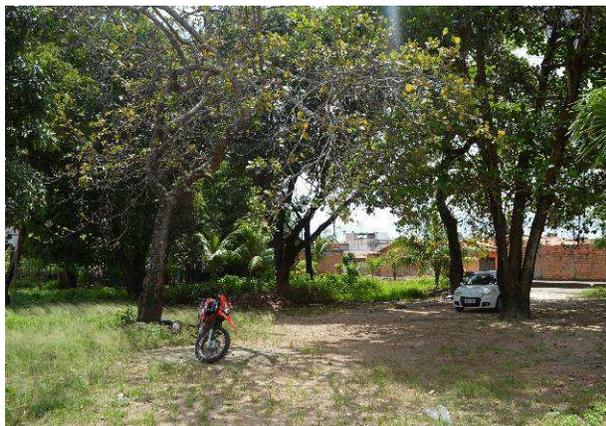
LEGENDA



Fonte: Google Earth com edições da autora, 2019.

A área não apresenta pavimentação e em muitos trechos a vegetação rasteira já está impedindo a passagem dos pedestres. Como pode ser observado nas próximas imagens, há caminhos já consolidados como trechos que as pessoas utilizam de acesso para a parada de ônibus. Em dias de chuva, porém, é impossível trafegar. Além disso, em algumas das visitas ao terreno, foi possível observar as pessoas utilizando a área como estacionamento para automóveis e motocicletas.

Figura 49. Terreno sem pavimentação



Fonte: Arquivo pessoal, 2019

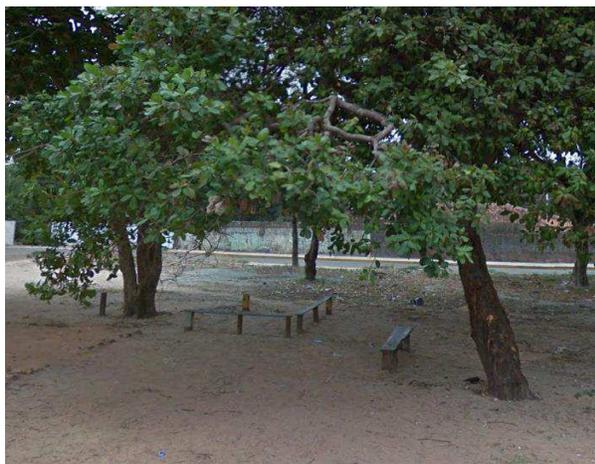
Figura 50. Caminho consolidado pelos pedestres



Fonte: Arquivo pessoal, 2019

Em relação ao mobiliário urbano, a área não oferece nenhum local para sentar, ou que convide as pessoas a permanecerem. Em outras épocas, a população instalou bancos improvisados com pedaços de madeiras que sobram das obras locais. Contudo, atualmente não apresenta mais nenhum assento. Além disso, não há lixeiras no perímetro, e o que se observa é que ainda é feito o descarte de lixo irregular em alguns pontos.

Figura 51. Bancos improvisados



Fonte: Google Earth, 2017

Figura 52. Lixo descartado de forma irregular



Fonte: Arquivo pessoal, 2019

Em relação a iluminação, a área apresenta apenas três postes de luz que iluminam as vias. Contudo, não há iluminação no interior do terreno, e por conta da ampla

cobertura das árvores, a região fica bastante escura durante a noite. Esse fato contribui bastante para a sensação de insegurança do local.

4.2.8. A feira do bairro

Somado a esse contexto, em setembro de 2018, os moradores do bairro foram surpreendidos com uma placa no local que sinalizava que aquele espaço seria destinado para as futuras instalações da Feira do Parque Vitória. Imediatamente, a população manifestou seu descontentamento com a proposta, pois o anseio de muitos era que a área fosse urbanizada e transformada em uma praça para que a população pudesse se encontrar e usufruir do potencial que o espaço oferece.

Relatos em redes sociais, “abraço solidário” e reportagem na área foram algumas das formas de expressão de alguns moradores, funcionários e alunos da escola, além dos representantes da associação de feirantes do bairro, que não se sentiram representados pela proposta da feira no local.

Figura 53. Reportagem do JMTV sobre o anúncio da feira do bairro no terreno



Fonte: JMTV, 2018

Figura 54. Manifestação contra feira



Fonte: Instagram EJM, 2018

Figura 55. Manifestação realizada no local



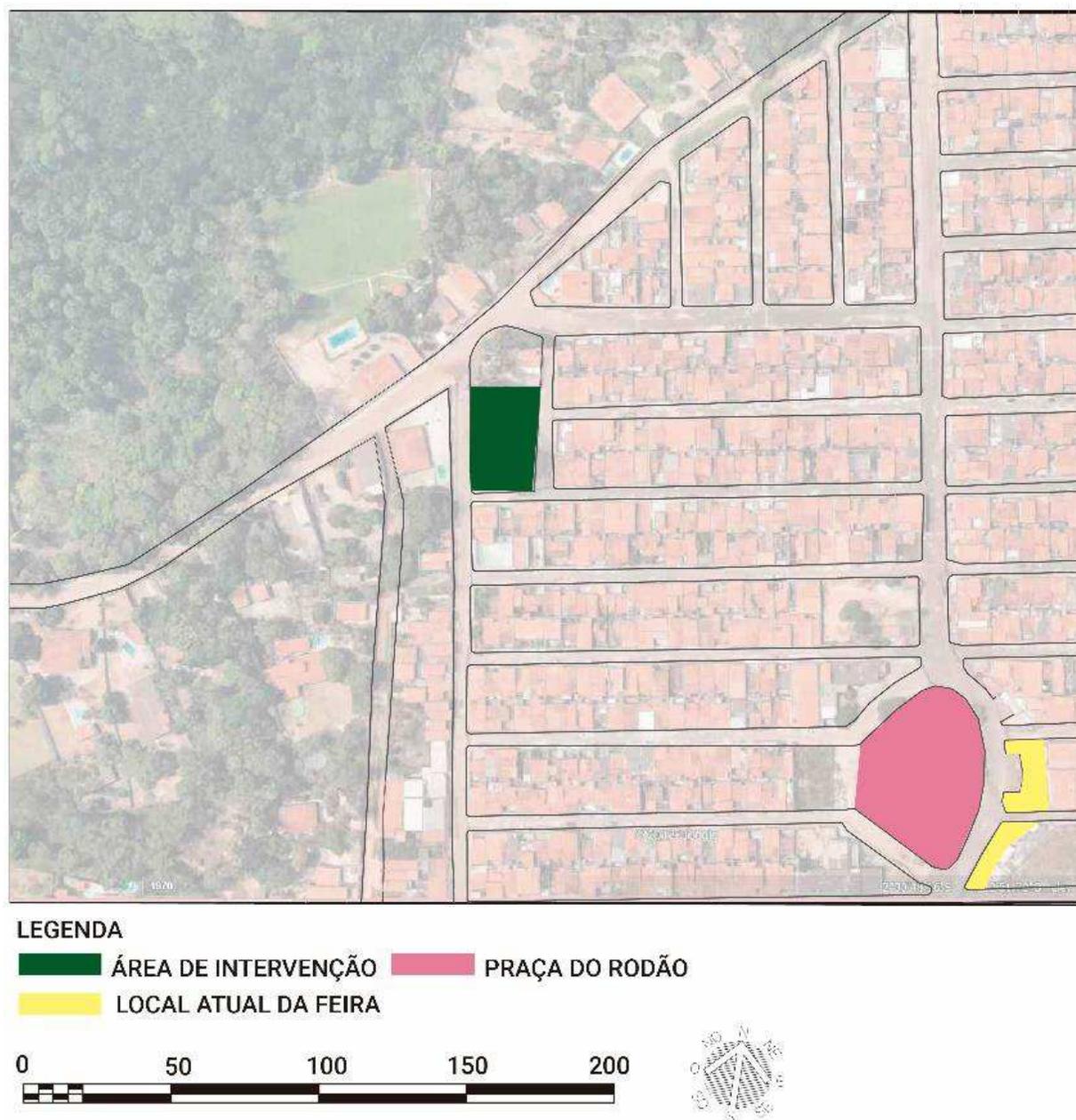
Fonte: Instagram EJM, 2018

Atualmente, a feira do Parque Vitória está localizada nas adjacências da Praça do Rodão. Ela está disposta de forma que não oferece uma infraestrutura adequada para atender de maneira confortável a população e por isso é necessária uma proposta visando solucionar essa problemática. É preciso cautela do poder público e maior escuta dos anseios da comunidade.

A análise até então realizada para o presente trabalho, demonstra um contexto em que a instalação de uma feira não seria a melhor opção nesse trecho. A sua localização demonstra potencial para ser um local de lazer, de encontro e convívio da população. Acrescenta-se o fato de não ser um ponto central no bairro, o que seria fundamental para uma feira. Além disso, a disposição das vias adjacentes indica que a presença de uma feira nesse espaço, poderia saturar o fluxo de automóveis e gerar um desconforto. Somado a isso, há o grande acervo vegetal que o terreno apresenta e a instalação de uma feira no espaço poderia comprometê-lo.

Na busca por informações junto aos órgãos da prefeitura de São José de Ribamar para integrar-se dessa proposta, não foi possível obter dados sobre o status do projeto para a feira. A única informação disponibilizada, foi através da SEMREC, que é responsável pela pré - análise e aprovação das obras urbanísticas, onde eles sinalizaram que até o presente momento, não haviam recebido nenhum parecer sobre este projeto.

Figura 56. Localização da Feira do Parque Vitória



Fonte: Google Earth com edições da autora, 2019.

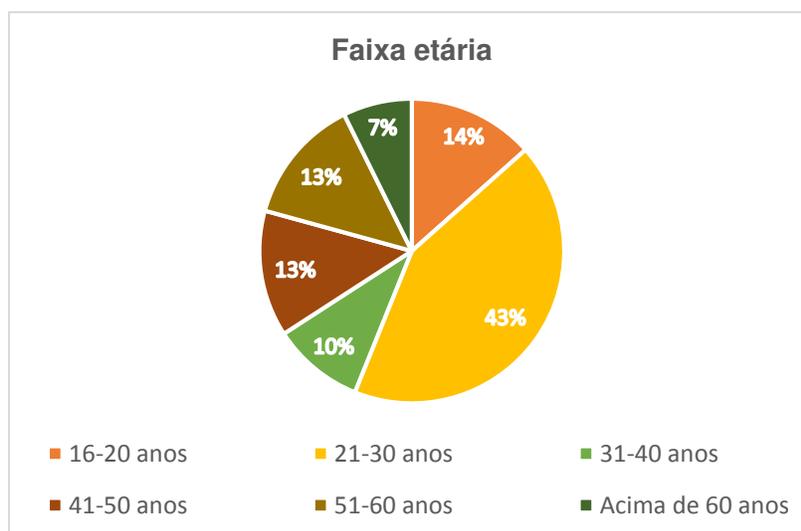
4.3. Pesquisa de opinião

Esse subcapítulo irá elucidar a opinião dos moradores a respeito da área de intervenção. Essa etapa é essencial, pois no planejamento urbano, é necessário que os projetos atendam aos anseios dos reais usuários. Além disso, a partir do momento que a comunidade sente que sua voz foi ouvida, os laços com os espaços se estreitam, pois, o sentimento de pertencimento se torna mais intenso. De acordo com Leitão (2002), a

compreensão a respeito dos usuários contribui também para a atração de pessoas que se distanciaram dos espaços públicos.

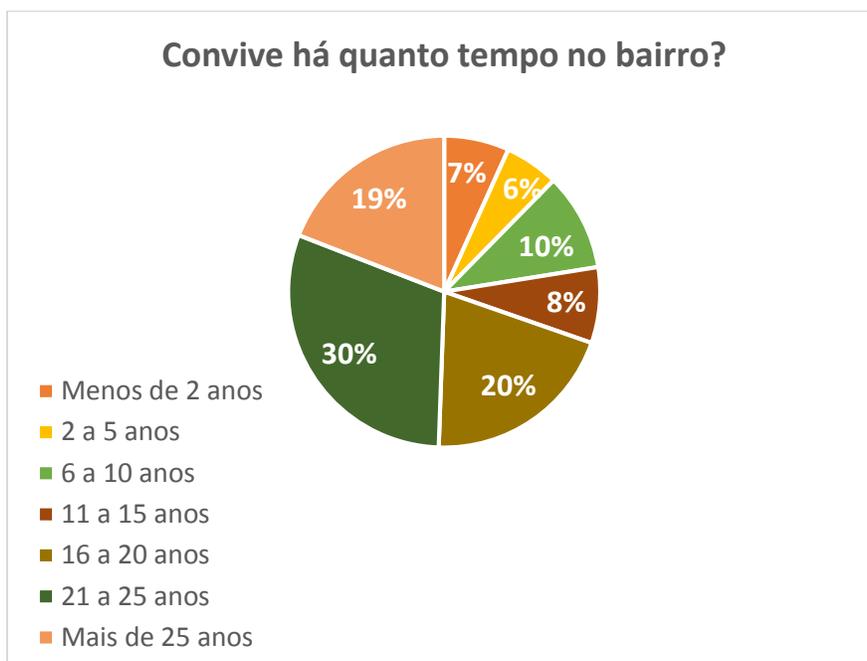
Dessa forma, as entrevistas foram realizadas através de um modelo de questionário em anexo no fim desse trabalho, que foram aplicados pessoalmente ou online. As primeiras perguntas eram referentes a faixa etária dos entrevistados e há quanto tempo moravam no bairro. Com isso, buscou-se traçar o perfil dos usuários e identificar aqueles que moravam no bairro há mais tempo, para ajudarem na construção da história do bairro apresentada no início desse capítulo. Como pode ser observado no gráfico abaixo, a maioria dos entrevistados estavam na faixa de 21 a 30 anos e em seguida, na faixa de 16 a 20 anos.

Gráfico 1. Faixa etária dos entrevistados



Fonte: Elaborado pela autora, 2019

Gráfico 2. Tempo de convivência no bairro

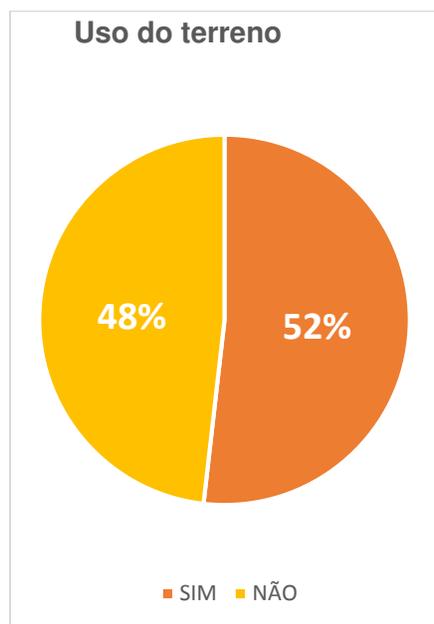


Fonte: Elaborado pela autora, 2019

Em relação há quanto tempo os entrevistados convivem no bairro, a maioria respondeu que convive há um tempo considerável, somando quase 50% os que convivem há mais de 20 anos no bairro e mais 20% que convivem entre 16 e 20 anos. Isso reflete que muitos cresceram e acompanharam o crescimento do bairro, o que explica o sentimento de pertencimento que se observa nos moradores.

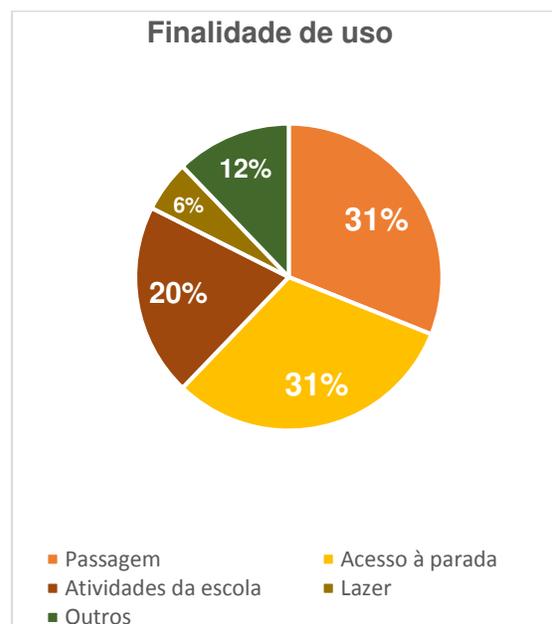
As próximas perguntas foram relacionadas ao uso ou não da área de intervenção e caso sim, com qual finalidade. Esses questionamentos visam entender qual a utilidade que a área apresenta atualmente, para traçar o que pode ser potencializado. Dos 83 entrevistados, 52% responderam que utilizam o espaço, enquanto 48% não utilizam. Dentre os motivos que levam os entrevistados a utilizarem a área, mais de 60% sinalizou que a finalidade é referente a passagem ou acesso a parada. Isso reflete que a maioria não usufrui do terreno como um espaço para encontro, para permanecer. Dentre as respostas, 20% indicaram que utilizam a área para atividades escolares, o que reflete o papel fundamental que a escola possui na preservação do espaço.

Gráfico 3. Uso da área



Fonte: Elaborado pela autora, 2019

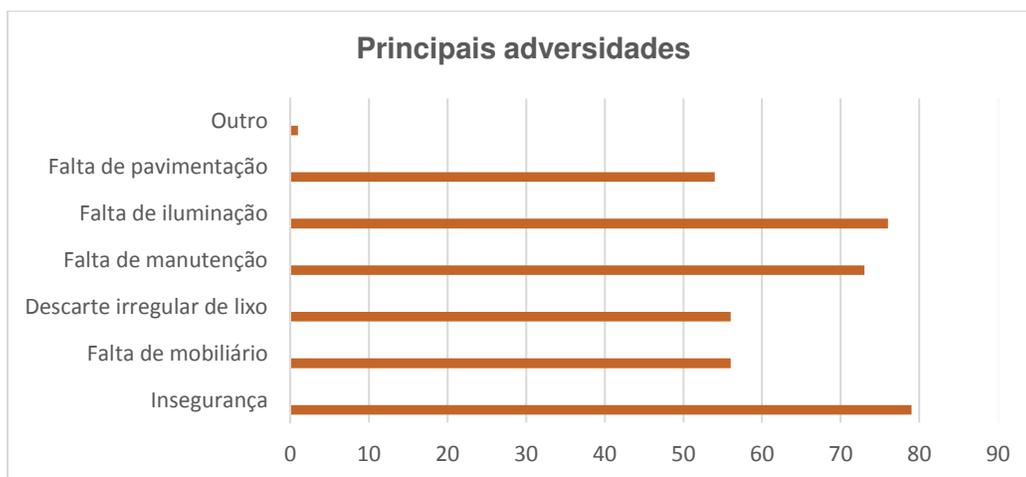
Gráfico 4. Finalidade de uso



Fonte: Elaborado pela autora, 2019

Em relação aos pontos negativos, foram elencadas diversas adversidades para os entrevistados sinalizarem o que prejudica o espaço. O problema mais sinalizado, com quase 100% dos entrevistados pontuando, foi a questão da insegurança. Em seguida, há a falta de iluminação e a falta de manutenção pelo poder público, respectivamente. Esse dado explica porque grande parte dos entrevistados não utilizam a área e quando utilizam, é apenas para passagem. O espaço não oferece condições adequadas para os moradores conviverem, se reunirem e socializarem. Os demais problemas, como falta de pavimentação, falta de mobiliário e descarte irregular de lixo reforçam essa realidade de não permanência.

Gráfico 5. Principais adversidades da área



Fonte: Elaborado pela autora, 2019

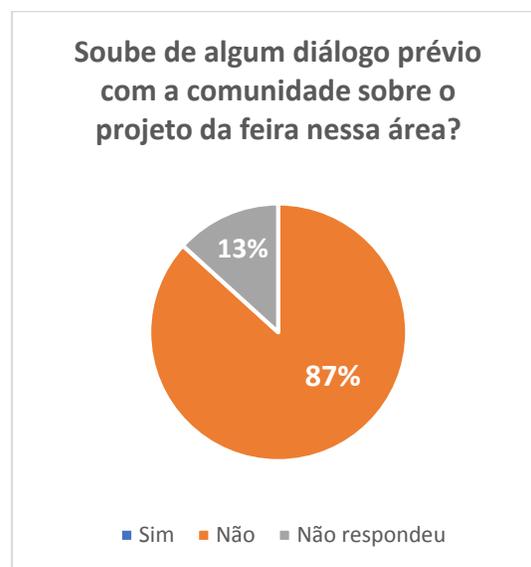
Buscando entender a situação da feira do bairro, o questionário contou com algumas perguntas referentes a esse assunto para compreender a perspectiva dos moradores a respeito da proposta da feira na área de intervenção desse trabalho. Dentre os entrevistados, 87% sinalizaram não concordar com a proposta da feira nessa área, citando diversos fatores como por exemplo: não ser um espaço centralizado no bairro; possuir um acesso mais difícil; não ter uma área adequada para comportar o fluxo que a feira produz; ser localizado em frente a uma escola; e a vegetação existente.

Gráfico 6. Opinião sobre a proposta da feira



Fonte: Elaborado pela autora, 2019

Gráfico 7. Diálogo prévio sobre o projeto

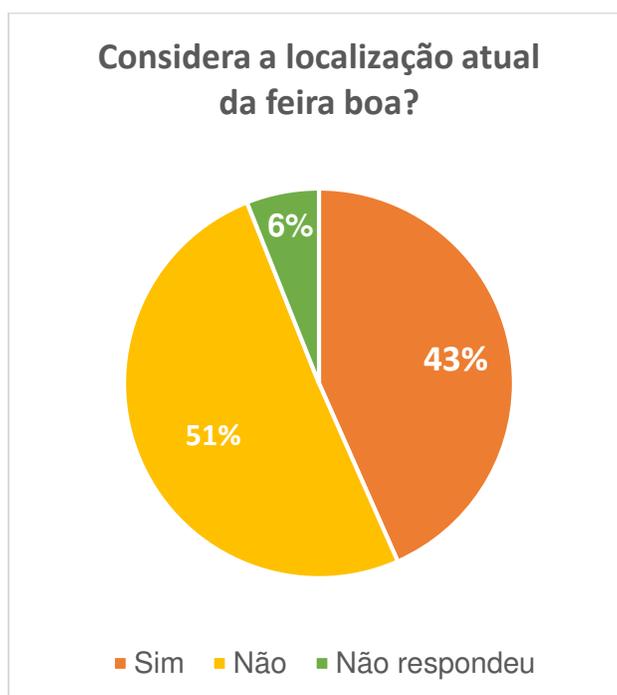


Fonte: Elaborado pela autora, 2019

Questionados sobre a existência de algum diálogo prévio sobre o projeto da feira, 87% sinalizaram que não souberam de nenhum diálogo do poder público com a comunidade. Os outros 13% não responderam. Muitos indicaram que ficaram surpresos com a instalação da placa da prefeitura sinalizando a proposta da feira, pois não consideram um local adequado e a expectativa era que a área fosse urbanizada para receber uma praça.

A outra pergunta buscou entender qual a percepção dos entrevistados em relação a localização atual da feira do bairro. Mais de 50% sinalizaram que não consideram uma boa localização, pois atrapalha o trânsito, principalmente aos domingos. Dentre os 43% que consideram a localização boa, muitos justificaram por ser no “coração” do bairro, em um ponto central que facilita o acesso, contudo, a grande maioria concorda que a falta de infraestrutura da feira, gera um ambiente desconfortável no bairro.

Gráfico 8. Opinião sobre a localização atual da feira

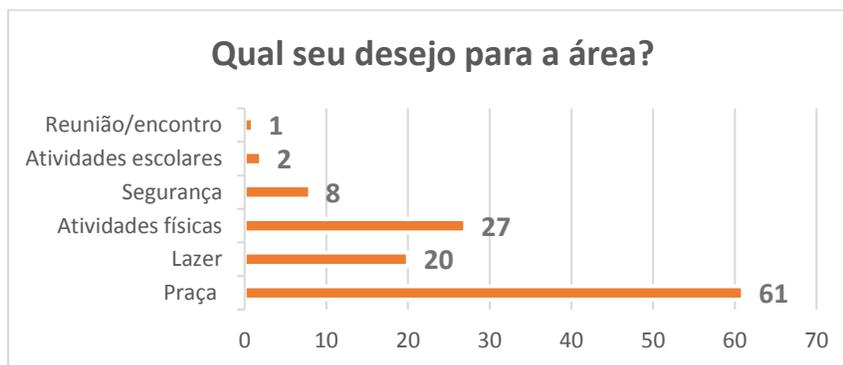


Fonte: Elaborado pela autora, 2019

Por fim, a última pergunta buscou identificar quais os desejos dos entrevistados para a área. Nesse questionamento não foram colocadas alternativas, justamente para que eles se sentissem livres para expressar os reais desejos para a área, que poderiam

ser mais de uma opção. A grande maioria sinalizou que deseja que na área fosse feita uma praça para a população usufruir. Inclusive, alguns dos entrevistados que sinalizaram concordar com a proposta da feira, quando questionados sobre o real desejo para a área, eles sinalizaram que uma praça ou um espaço com segurança era o ideal. Seguindo da praça, o segundo ponto mais requisitado pelos entrevistados foi um espaço para realização de atividades físicas, pois segundo eles, o bairro é carente nessa modalidade. Além disso, o desejo por um espaço de lazer também foi bastante demandado. Dentre as outras solicitações, identificou-se o desejo de um espaço que ofereça segurança, que permita a realização de atividades escolares e um espaço de reunião para os moradores do bairro.

Gráfico 9. Desejo da comunidade para a área de intervenção



Fonte: Elaborado pela autora, 2019

Com todo o material recolhido e analisado, será dada continuidade ao trabalho, sendo possível agora elaborar o programa de necessidades e desenvolver um projeto que venha a atender as necessidades dos moradores, sanando as carências que a área apresenta, de forma que eles recebam um espaço digno e que promova a vitalidade urbana.

5. ESTUDO PRELIMINAR

O presente capítulo tratará sobre o desenvolvimento do projeto de intervenção para uma praça no bairro do Parque Vitória, a qual intitulamos “Praça das Cores”. Desta forma, ele está dividido em cinco subcapítulos: o primeiro subcapítulo apresenta as referências projetuais, que irão influenciar na concepção do projeto; em seguida, será apresentado o programa de necessidades que foi construído a partir do diagnóstico realizado na área, juntamente com as referências projetuais, indicando quais as necessidades e os desejos dos usuários; no terceiro e quarto subcapítulos serão apresentadas as propostas de intervenção, a partir do conceito do projeto e a setorização da área; por fim, o último subcapítulo apresenta a proposta geral de intervenção, com a soma de todo o material reunido.

A partir das pesquisas realizadas compreendemos que a concepção de uma praça é o tipo de espaço público mais indicado para a área em questão. O diagnóstico traz a comprovação disso através do desejo dos moradores e usuários do entorno. Dessa forma, será apresentado a seguir a elaboração desse projeto.

5.1. Referências projetuais

Esse subcapítulo é dedicado a apresentação de alguns projetos que servirão como referência projetual para a elaboração do estudo preliminar da área de intervenção. A busca por modelos é crucial para ter um suporte projetual de ideias já executadas e que apresentaram uma performance satisfatória, de forma que possa inspirar ideias para aplicar na área de intervenção desse trabalho.

5.1.1. Praça da República – Belém, PA

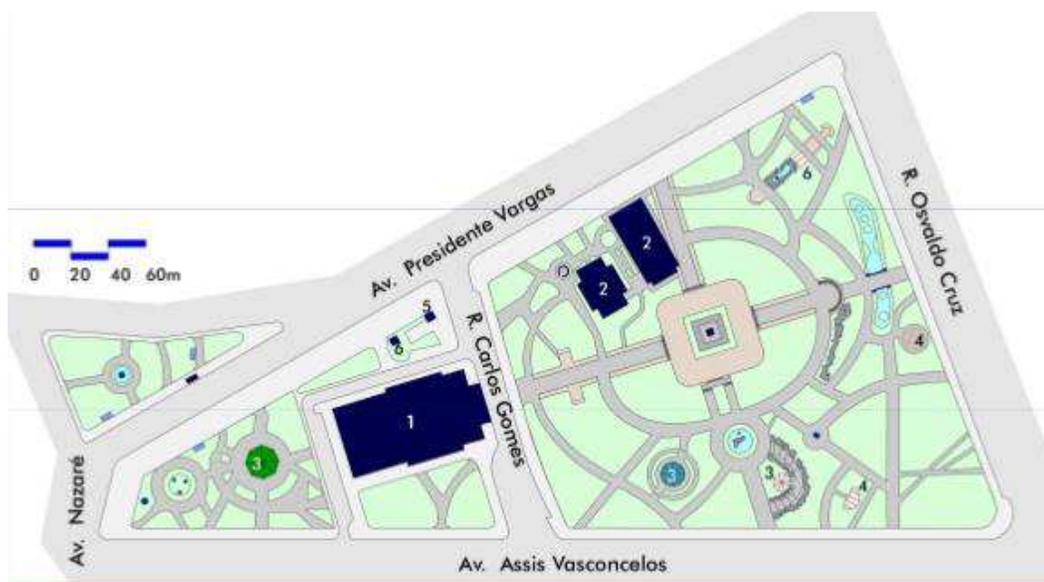
O seguinte exemplo é um importante espaço público na cidade de Belém, no Pará. A Praça da República como conhecida hoje, data da passagem do século XIX para o século XX, um período em que a cidade estava passando por diversas intervenções urbanas, sob a administração do intendente Antônio Lemos, como foi exposto no capítulo 03. Essa praça foi escolhida como referência principalmente por ser um espaço significativo no desenho urbano da cidade, pelo seu estrato arbóreo e pelo sentimento de pertencimento que gera na população local.

As informações que serão apresentadas a seguir serão provenientes principalmente do ensaio “A Praça da República e seus aspectos morfológicos no desenho da paisagem de Belém” de autoria do Rubens de Andrade e da Vera Regina Tângari (2003), pois eles abordam tanto a questão histórica, quanto a morfologia e os aspectos projetuais que criaram toda uma esfera simbólica e significativa em torno desse espaço público.

De acordo com os autores, no período de 1897 a 1912, o intendente Antônio José Lemos teve um papel significativo na remodelação da paisagem da cidade, sendo a inserção de espaços livres públicos um dos principais esforços empreendidos por ele.

Nesse contexto, insere-se a Praça da República, que é composta por um conjunto de três áreas, inicialmente denominadas Parque João Coelho, Praça do Teatro da Paz, e Praça do Chafariz das Sereias. De acordo com Andrade e Tângari (2003), essa configuração possibilitou três espaços distintos, com peculiaridades no seu traçado, na composição dos jardins e no mobiliário urbano. Contudo, essa organização possui a vegetação arbórea como elemento de conexão entre os espaços. Como eles citaram “por meio dos conjuntos de diferentes diâmetros, portes, cor e textura, criaram-se ritmos diferenciados e conferiu-se uma forte unidade à paisagem da praça” (ANDRADE E TÂNGARI, 2003, pág 52).

Figura 57. Planta Baixa do Complexo Praça da República, Belém



Fonte: Robba e Macedo, 2002.

Em relação a vegetação do espaço, os autores enfatizam sobre ser uma característica fundamental para a área, proporcionando qualidade ambiental, com suas zonas sombreadas, além da beleza visual que imprime na cidade.

Figura 58. Corredor ecológico – Praça da República, Belém



Fonte: Filho, 2014

Segundo eles, divide-se a vegetação em dois grupos distintos: o grupo arbóreo (com muitas mangueiras) e as áreas gramadas. Estas últimas possuem um papel fundamental no espaço configurando-se como polos de permanência dos usuários, principalmente para o lazer e a contemplação.

Figura 59. Arborização e áreas gramadas – Praça da República, Belém



Fonte: Andrade e Tângari, 2003

Outro aspecto singular desse espaço público é referente ao mobiliário urbano. Percebe-se nesses elementos a construção ao longo dos anos de uma ligação com a

população por meio do seu caráter físico e simbólico, fazendo com que as pessoas desenvolvam um sentimento de pertencimento em relação ao espaço. Esse aspecto é fundamental para a preservação, uso e apropriação da praça. Como citam os autores:

O mobiliário, devido à sua beleza estética e ao valor simbólico e afetivo tornou-se, com o passar dos anos, uma atração à parte para os usuários da praça que transformaram os recantos em que os mesmos estão localizados em áreas de intensa permanência (ANDRADE E TÂNGARI, 2003, p. 60).

Além disso, um uso que se destaca na Praça da República é a utilização da área para a realização da Feira de Artesanato, que ocorre há mais de 30 anos nesse local. A feira ocorre aos domingos, nas calçadas da praça e é responsável por promover um fluxo intenso e diversificado no local, atraindo moradores e turistas de diferentes classes sociais. Além disso, a feira incentiva o comércio local, enaltecendo a arte e cultura paraense.

De acordo com uma reportagem realizada sobre a feira de artesanato, em março de 2018 pela Rede Liberal (filial da Rede Globo no Pará), a feira conserva a ancestralidade, movimenta a economia criativa, incentiva o trabalhador local e a rede familiar que necessita dessa renda.

Figura 60. Feira de Artesanato – Praça da República, Belém



Fonte: Vasconcelos, 2010

A Praça da República é um ótimo exemplo de um espaço que valoriza seu potencial vegetal e todas características estéticas e ambientais que esses elementos

proporcionam. Além disso, nota-se como ela gera um fluxo diversificado na região, decorrente da variedade de usos que apresenta, como por exemplo propiciar um ambiente de recreação, contemplação, lazer e comércio. Somado a tudo isso, inclui-se o caráter simbólico e sentimental que a praça proporciona para os usuários, criando um intenso senso de pertencimento. Todos esses aspectos servirão como referencial para a elaboração do estudo preliminar deste trabalho monográfico, que além de um espaço funcional, visa conceber um ambiente que gere senso de pertencimento e crie laços com a população.

5.1.2. The Oval - Filadélfia, Estados Unidos

O próximo exemplo a ser citado é o The Oval, um espaço público livre sazonal, que ocorre durante o verão na cidade da Filadélfia. O intuito é criar um ambiente com programações para a comunidade, para as famílias desfrutarem de um espaço público lúdico, dinâmico e aconchegante. Esse projeto apesar de não se configurar como uma praça, foi escolhido por propiciar uma esfera de lazer bastante singular na cidade.

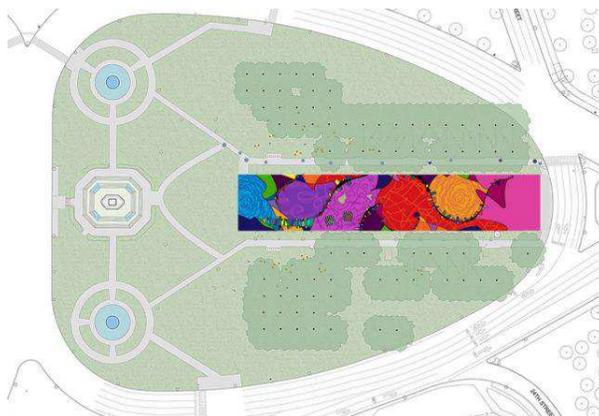
Figura 61. The Oval - Philadelphia, 2015



Fonte: Archpaper, 2015

A proposta do parque sazonal foi concebida em 2013 e desde então é realizada em um trecho da rotatória Eakings Oval. De acordo com DuChene (2018), o projeto foi desenvolvido a partir de uma parceria entre o Fairmount Park Conservancy e o Departamento de Parques e Recreação da Filadélfia, para criar um espaço com mobiliário urbano, instalações, murais artísticos no piso, e apresentações comunitárias.

Figura 62. Planta Baixa do The Oval, 2016



Fonte: Carney, 2016

Um destaque desse projeto são os murais feitos no piso, onde cada ano traz artes diferentes. De acordo com Sayer (2016), na edição de 2016, o artista local, Brad Carney, ficou responsável pelo mural artístico. A temática nessa edição foi a música, onde ele visava conceber um espaço abstrato, no qual o mural pintado pudesse se interligar com as apresentações que iriam ocorrer durante o verão.

Outro exemplo são os murais de 2018, onde segundo Sasko (2018), o projeto tomou dimensões muito maiores, expandindo-se para algumas vias próximas. Os murais de arte foram produzidos por artistas do Mural Arts, através de um programa de reinserção para ex-detentos. O resultado é um ambiente extremamente inspirador, que traz vida para a área e gera um espaço dinâmico.

Figura 63. The Oval+ - Philadelphia, 2013



Fonte: Fischetti, 2013

Com a referência projetual da Praça da República, busca-se conceber um espaço que valorize a vegetação e suas qualidades ambientais e visuais. Além disso, pretende-se conceber um local significativo e que crie vínculos com a população propiciando um espaço de encontro e convívio. A referência do parque sazonal The Oval traz como principal inspiração o uso das cores para criar um ambiente lúdico e atrativo.

Para a realização dessa atmosfera de vida e cores, pretende-se estimular a participação dos alunos da Escola Jesus Menino, juntamente com as outras crianças e moradores do bairro no processo de criação desses murais artísticos. A ideia é aliar a vida que a vegetação já traz para a área juntamente com a vida que as cores têm potencial para oferecer.

5.2. Programa de necessidades

O programa de necessidades foi elaborado com base nos dados obtidos com diagnóstico da área, juntamente com as entrevistas que demonstram a visão dos moradores e seus anseios. A seguir será apresentado o quadro desse programa, onde são expostos os setores que irão compor o projeto, a descrição de cada um deles, as quais nortearam a elaboração da proposta juntamente com os elementos gerais que irão compor cada setor. Por fim, a área aproximada correspondente de cada um.

Tabela 1. Programa de Necessidades

PROGRAMA DE NECESSIDADES			
SETORES	DESCRIÇÃO	ELEMENTOS	ÁREA APROXIMADA
Áreas verdes	Áreas destinadas a manutenção das espécies arbóreas existentes somada à criação de áreas gramadas e canteiros para compor o ambiente.	Espécies arbóreas existentes e novas, arbustos, áreas gramadas, horta comunitária, iluminação	400 m ²
Áreas recreativas e esportivas	Espaços propostos para realização de lazer e atividades esportivas.	Quadra, academia ar livre, playground, iluminação	300m ²
Áreas de convívio	Áreas designadas para à permanência, estar e convívio, oferecendo espaços confortáveis para os usuários.	Mesas, bancos, pergolados, iluminação	120 m ²
Circulação	Espaços dispostos para permitir o acesso e fluxo entre os setores e com o entorno do terreno, potencializando a vivência no espaço.	Ciclofaixa, bicicletário, parada de ônibus, sinalização horizontal, piso tátil, rampas, piso drenante, iluminação	1000 m ²

Fonte: Elaborado pela autora, 2019

5.3. Conceito

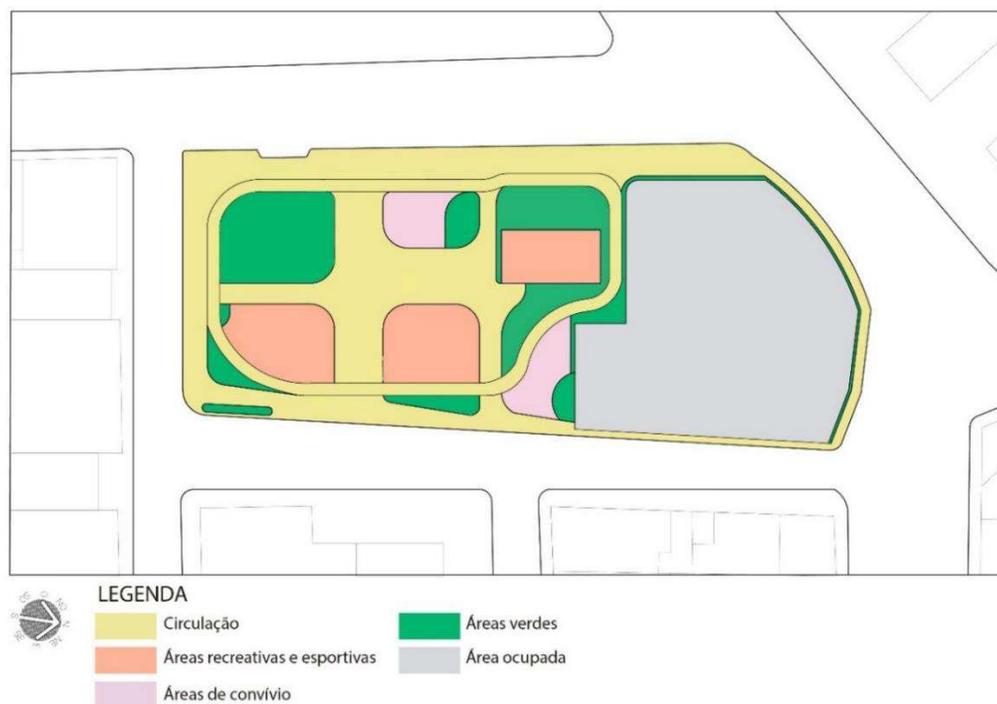
Com base em todo o material obtido, o projeto parte da ideia de conceber uma praça que traga mais vida para o bairro, potencializando os elementos já existentes (principalmente a vegetação), criando usos que atraiam as pessoas e as coloquem em destaque, e trazendo elementos significativos que gerem a sensação de pertencimento. Sendo assim, têm-se os três pilares que compõem o projeto: a vegetação como ponto forte já existente; as cores, como novo elemento que será inserido para criar um ambiente lúdico; e por fim, as pessoas, que são os protagonistas na concepção do espaço.

5.4. Setorização

A praça será dividida em setores para abarcar os diferentes usos solicitados pelos moradores. Seguindo a divisão do programa de necessidades, a setorização se baseia nas seguintes áreas: áreas verdes; áreas de recreação e esportes; áreas de convívio; circulação.

Para delimitar cada setor, será feito no piso uma pintura orgânica colorida. O intuito é proporcionar uma característica singular e atrativa para a praça por meio das cores. A unificação do projeto ficará por conta do mobiliário, da composição arbórea que há no terreno e forma uma grande cobertura vegetal e das áreas de circulação, que servirão para conectar os diferentes usos.

Figura 64. Planta de Setorização



Fonte: Elaborado pela autora, 2019

5.5 Proposta de intervenção

A proposta de intervenção para a nova praça foi concebida para ser um espaço de convívio, lazer e entretenimento dos moradores da área, atendendo seus anseios e buscando sanar as suas necessidades. A seguir, serão apresentadas as seguintes pranchas e a descrição das soluções adotadas em cada área:

1. PLANTA BAIXA
2. PLANTA BAIXA COM PROJEÇÃO DAS ÁRVORES
3. CORTE LOGITUDINAL E CORTE TRANSVERSAL
4. PERSPECTIVAS
5. PERSPECTIVAS
6. PERSPECTIVAS

5.5.1. Áreas verdes

Em relação a vegetação do terreno, buscou-se ao máximo preservar as espécies existentes, tendo em vista que essa é uma das grandes potencialidades da área. As árvores de grande porte foram todas preservadas e elas guiaram a disposição dos setores, para oferecer sombra para as áreas que mais necessitavam, como o playground, a academia ao ar livre e áreas de convívio. Algumas espécies de palmeiras de menor porte foram realocadas no terreno, com o intuito de proporcionar um fluxo e uma harmonia melhor no projeto. Ao redor das árvores foram criadas áreas gramadas para juntamente com os pisos permeáveis, proporcionarem uma boa drenagem e evitar acúmulo de águas pluviais. Além disso, ao redor da ocupação residencial existente no terreno da praça, foi inserido uma barreira vegetal de forma a oferecer uma delimitação mais harmoniosa com o espaço público.

A horta comunitária foi idealizada para ser um espaço de atração para a comunidade auxiliando na formação de vínculos e no senso de pertencimento. Além disso, como a Escola Jesus Menino já realiza atividades de cunho ambiental no espaço, a horta será um elemento extra para somar na educação ambiental dos alunos.

O espaço da horta foi disposto de frente para a escola facilitando o acesso para os alunos e estimulando ainda mais esse vínculo. Além disso, é uma área com boa incidência solar, necessária para o desenvolvimento das espécies vegetais. Ela está dividida em três caixas baixas de 1,20 metro de largura, 3,80 metros de comprimento e 0,20 metros de altura, além disso serão dispostos nove pneus reaproveitados para compor os canteiros nessa área.

5.5.2. Áreas recreativas e esportivas

De acordo com a pesquisa de opinião realizada na área, foi constatado que uma das maiores solicitações em relação ao terreno foram áreas destinadas para realização de atividades físicas. A criação desses espaços afeta diretamente na qualidade de vida dos usuários, tendo opção de realizarem exercícios em um espaço público. Somado a esses aspectos, há o fato de que espaços destinados para tal finalidade tem o potencial de trazer mais fluxo para a área, contribuindo para sua vitalidade. Desta forma, além da

ciclofaixa, foram destinadas duas áreas em específico para realização de atividades físicas: a academia ao ar livre e a quadra de areia.

A academia ao ar livre é uma área composta por diferentes aparelhos de musculação, dispostos em aproximadamente 112 metros quadrados, de forma a oferecer um espaço amplo para a realização das atividades físicas. Ela foi disposta em uma área que ofereça sombreamento pelas árvores, para tornar mais agradável seu uso durante o dia.

A quadra foi idealizada com o intuito de sanar o desejo de alguns entrevistados por este equipamento. O tipo escolhido foi a quadra de areia por conta das dimensões do espaço, que não comportaria uma quadra maior e pela flexibilidade que o espaço oferece, como: acolher esportes e de se tornar um espaço de recreação para as crianças. A quadra terá 12 metros de comprimento e 6,5 metros de largura, totalizando 78 metros quadrados de área.

A posição da quadra foi disposta de acordo com a incidência solar, evitando a direção leste/oeste para não atrapalhar os jogadores. Além disso, a árvore existente na lateral oeste dela, oferecerá sombra no período da tarde. O espaço é contornado por uma mureta de alvenaria de 0,80 metros para impedir que a areia se disperse e terá um alambrado para evitar que a bola saia do perímetro, prevenindo possíveis acidentes decorrentes disso, tendo em vista que há a Via Coletora 6000, com alto fluxo de carros, próxima dela. O acesso à quadra se dará pela lateral leste.

A quadra de areia será construída sobre um contrapiso e irá possuir um dreno que possibilite o escoamento da água. Em relação ao preenchimento, será necessária uma camada de 15 centímetros de espessura de pedra nº2 e uma camada de 10 cm de areia (QUADRAS...2017).

Como área de recreação, é proposta a criação de um playground, destinado às crianças. Assim como a horta comunitária, ele foi disposto de forma a ficar o mais próximo possível da escola, facilitando o elo com as crianças que a frequentam. Além disso, ele foi posicionado próximo as vias locais, por conta do menor fluxo de carro em relação a Via Coletora 6000.

5.5.3. Áreas de convívio

Em relação as áreas de convívio, no projeto foram dispostas duas áreas principais. A primeira foi idealizada com a presença de dois pergolados em um espaço destinado para o descanso e contemplação. Eles foram posicionados nesse local, pois é uma região que não possui árvores com porte para oferecer sombra, contando apenas com as palmeiras. Dessa forma, o pergolado se enquadra como uma solução mais rápida para amenizar a incidência solar. O espaço possui bancos e mesas para compor o ambiente e oferecer uma sensação agradável. A área também serve de apoio para os pais e responsáveis que estejam acompanhando as crianças na utilização da quadra de areia.

A segunda área de convívio é composta por mesas e bancos a fim de criar um ambiente confortável, com árvores próximas para oferecer sombreamento e tornar mais agradável a permanência no período diurno. O espaço tem o intuito de ser um local de permanência, para as pessoas conversarem, jogarem e se encontrarem.

5.5.4. Circulação

As áreas de circulação ocupam a maior parte do terreno, pois são os espaços que permitem o acesso à praça e distribuem o fluxo entre as outras áreas do projeto. Esse setor foi projetado seguindo a norma NBR 9050, que dispõe sobre “acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos”, de forma a tornar acessível para todos o uso da área.

Sendo assim, foram distribuídas cinco rampas ao longo do terreno para permitir o acesso às pessoas com mobilidade reduzida. Elas foram posicionadas em consonância a outros equipamentos, como as faixas de pedestres e o ponto de ônibus, visando o melhor fluxo.

Nas áreas de circulação houve também a disposição do piso tátil de alerta e do piso tátil direcional, em cor contrastante a com textura diferenciada do piso do entorno, de forma a guiar as pessoas com deficiência visual.

No restante da área de circulação, para somar com as áreas gramadas em tornar o terreno permeável, utiliza-se do piso drenante do tipo intertravado permeável, de forma a evitar o acúmulo de águas pluviais.

Tendo em vista que os principais modais de mobilidade para a praça serão os meios de transporte não motorizados (a pé e a bicicleta), além do transporte público coletivo e tendo em vista o alto índice de crianças no entorno, por conta da escola, constatou-se a necessidade de dispor faixas de pedestre nas vias que circundam e dão acesso à praça e posicionadas juntamente com algumas rampas, de forma a tornar mais acessível e seguro a circulação na praça e no entorno.

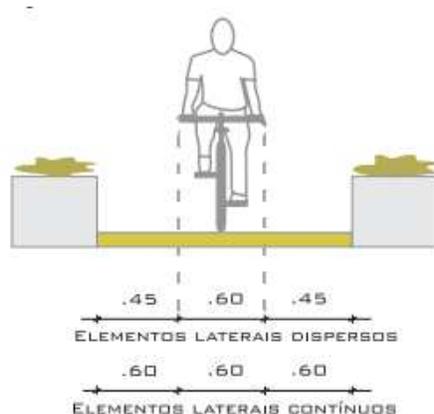
Outro ponto do projeto é a criação de uma ciclofaixa na praça para oferecer um espaço de circulação para essa modalidade. Esse ponto foi inserido a partir da observação de que as bicicletas compõem uma modalidade bastante presente no bairro.

A escolha de criação de uma ciclofaixa, se deu pela dimensão do terreno. De acordo com Gondim (2010), as ciclofaixas se caracterizam como faixas delimitadas por sinalização horizontal ou diferenciação do piso, onde não há a utilização de obstáculos físicos. Como vantagens, a autora cita o fato de serem baratas, de fácil inserção, ocuparem uma menor largura e serem mais flexíveis. Diante disso, decidiu aplica-la no espaço a partir da diferenciação do piso, para permitir a fluidez e permeabilidade dos outros usos, no entanto, com um espaço definido, de forma a evitar conflitos de circulação.

O ciclista requisita pouco espaço do sistema viário. Sua projeção é de aproximadamente 0,60m. Mas, em movimento, as oscilações de percurso no manuseio com a bicicleta são de aproximadamente 0,30m para cada lado, requerendo uma faixa mínima de circulação de 1,20m de largura. (GODIM, 2010, pág. 56-57)

Além disso, a autora cita que quando há elementos laterais dispersos, são necessários 0,45 metros para cada lado. Sendo assim, a ciclofaixa do projeto apresenta 1,50 metros, tendo em vista que há trechos com elementos laterais dispersos. Ela está disposta ao redor dos outros setores da praça, de forma a evitar convergência com os outros usos. O bicicletário, com cinco vagas, foi instalado do lado do ponto de ônibus e próximo a ciclofaixa como forma de incentivar esse uso na praça e na vivência do bairro.

Figura 65. Dimensões necessárias para ciclofaixa



Fonte: Godim, 2010

O terreno possui um ponto de ônibus na lateral que dá acesso à Via Coletora 6000. Atualmente, é um dos pontos mais inseguros da área para as pessoas permanecerem, pois não há movimento no seu entorno. Com a proposta de intervenção, a intenção é proporcionar um ambiente com fluxo contínuo de pessoas na praça de forma que a vitalidade possa agir como fator de segurança. Além disso, é proposta a remodelação do ponto de ônibus de forma a se tornar mais confortável para as pessoas usufruírem.

5.5.5. Feirinha

A partir da análise das referências projetuais, principalmente da Praça da República, e das sugestões de alguns moradores, idealizou-se a realização de uma feirinha na área, realizada aos domingos para somar aos setores fixos já definidos. A ideia é oferecer um uso que traga fluxo ao espaço aos finais de semana, ofereça uma oportunidade de movimentar a economia local e proporcione ainda mais uma esfera de interação entre os usuários. A proposta é que a feirinha seja um uso sazonal, que será disposta nas áreas de circulação no centro da praça, de forma a somar com as outras áreas.

A proposta da frequência semanal é uma forma de oferecer um espaço para o comércio, mas que não delimite o uso da área apenas a isso. Pois como cita Borges (2005), na contemporaneidade tem sido comum a transformação de praças em espaços

privatizados (principalmente pelo comércio informal). Então essa proposta é uma forma de conciliar os diferentes anseios.

Em relação aos produtos comercializados, a ideia é que sejam voltados para o artesanato e outras produções locais. As barracas serão de um tamanho padrão de 1,5mx1,5m e estarão dispostas na parte de circulação central da praça, de forma permitir uma boa fluidez e harmonia com os outros usos.

5.5.6. Mural artístico

Como citado anteriormente, na área de cada setor a proposta é fazer do piso um mural artístico que se utilize das cores para gerar um ambiente lúdico. A inspiração partiu da referência projetual do parque The Oval, na Filadélfia. No projeto está proposto uma pintura orgânica colorida, contudo a ideia é que os moradores juntamente com algum artista local possam conceber as artes que serão feitas, de forma que a participação da população contribua para o sentimento de pertencimento com a praça.

5.5.7. Mobiliário urbano

Ao longo da praça foram distribuídos bancos para oferecerem locais de permanência e convívio para a comunidade. Eles foram localizados em pontos que recebam sombreamento das árvores. Em uma das áreas de convívio também foram dispostas mesas para proporcionar um espaço para jogos, conversas e encontros. Outro ponto importante em relação ao mobiliário urbano é a disposição de lixeiras na praça, para incentivar o descarte regular e a manutenção da praça. Sendo assim, foram dispostas 13 lixeiras no espaço.

A iluminação é um fator fundamental nesse projeto, tendo em vista que atualmente o espaço apresenta escassez nesse ponto e isso contribui intensamente para a insegurança da área. Santos (2005) cita em sua dissertação que um dos pontos fundamentais para a disposição da iluminação pública é baseado na vocação do espaço. Sendo assim, a praça desse projeto se enquadra na categoria que ele define como “praças com muitas funções”. Segundo ele, o plano adotado nesses espaços deve ser baseado na divisão em zonas de iluminação.

Nas extremidades da praça serão trabalhados postes galvanizados em dois níveis. O primeiro nível será voltado para as vias, enquanto o segundo nível terá uma altura que atenda aos pedestres. No interior da praça, também será trabalhado a iluminação a nível dos pedestres, com postes de alumínio estilo decorativo. Para iluminar a quadra de areia no período noturno, serão utilizados refletores.

Um ponto muito importante a se trabalhar na questão da iluminação é em relação a vegetação existente. De acordo com Santos (2005), áreas com circulação de pedestre devem ter a iluminação abaixo do início da copa das árvores. Ele cita que as luminárias baixas, direcionadas para o piso das calçadas contribui para combater a insegurança proveniente da penumbra que a vegetação causa. Dessa forma serão dispostos postes de iluminação a nível dos pedestres nas áreas das árvores, somado a balizadores que iluminem no sentido de baixo para cima, porém sem prejudicar o desenvolvimento das árvores.

5.5.8. Drenagem no entorno

Como sinalizado no diagnóstico, a área apresenta um problema de drenagem na Via Coletora 6000, principalmente por conta da topografia acentuada nessa via. Diante disso, é necessário que seja feito um projeto de drenagem ao longo de toda a via de forma a melhorar o escoamento das águas pluviais de a evitar o acumulo nos pontos mais baixos, onde a praça se encontra.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve o intuito de elaborar um projeto de intervenção para conceber uma nova praça para o bairro do Parque Vitória, em São José de Ribamar - MA, criando um espaço de convívio e lazer para a comunidade. A trajetória percorrida até então, evidenciou pontos muito importantes a respeito do espaço e que nortearam a elaboração do projeto.

A princípio, a revisão bibliográfica possibilitou a compreensão acerca dos espaços públicos e sua relação com a vitalidade urbana. A partir da reflexão de diferentes autores, constatou-se a como a vivência nas cidades está prejudicada pela não valorização dos espaços públicos. A realidade urbana atual prioriza a criação de espaços privados como polos de lazer, convívio e entretenimento e como consequência, as cidades tornam-se espaços segregados socialmente. O entendimento sobre a relevância que os espaços públicos possuem na vitalidade urbana foi fundamental para estimular a criação de um espaço público acessível para todos e que coloquem as pessoas como protagonistas.

Em seguida, a compreensão do papel das praças nas cidades, a análise sobre seu conceito, a delimitação da sua trajetória histórica a nível internacional e nacional e a observação de alguns dos seus usos foram fundamentais para confirmar a sua importância desses espaços no traçado urbano e no âmbito social. As praças são espaços para promover o encontro entre as pessoas, para o exercício da cidadania e são reflexos de cada sociedade.

O diagnóstico da área de intervenção possibilitou a compreensão da realidade do terreno e do bairro que o acolhe. Essa etapa elucidou as principais carências do espaço, como a falta de infraestrutura e a insegurança. Porém, foi um estágio fundamental para discernir os potenciais da área, como a vegetação existente e o engajamento da população com a realidade do bairro e o sentimento de pertencimento que eles possuem.

Ainda em relação ao diagnóstico, um ponto importante foi a constatação da divergência entre a proposta da prefeitura que visa construir a feira na área e os desejos da população. Ao longo da construção desse trabalho, principalmente por meio das entrevistas compreendeu-se que a realidade atual da feira do Parque Vitória é precária, contudo constatou-se também que a área escolhida pela prefeitura não é adequada para

esse tipo de uso. Nesse quesito, é necessário que haja uma percepção maior do poder público sobre quais os anseios e as necessidades da comunidade, através de um processo mais participativo. A proposta de transformar uma área com grande potencial de ser um espaço livre público em um espaço inteiramente comercial demonstra o descuido com a qualidade de vida nas cidades.

Diante do exposto, foi elaborado um projeto, a nível de estudo preliminar, para a implantação de uma praça que proporcione um espaço confortável, que estimule a permanência e o uso contínuo, que priorize as pessoas e as relações estabelecidas entre elas, proporcionando encontros e o convívio diário. A ideia foi criar um espaço singular e que a comunidade possa se apropriar e cuidar, para potencializar a qualidade de vida na região.

Espera-se que esse trabalho tenha contribuído positivamente nas discussões sobre a importância das praças e o seu impacto na vitalidade urbana. Espera-se também que a análise da área de intervenção contribua para estudos futuros sobre essa região e que o projeto da “Praça das Cores” seja uma proposta que contribua para o incremento da qualidade de vida no bairro do Parque Vitória e entorno.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Sérgio Luís. **Espaço público: do urbano ao político**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

ALEX, Sun. **Projeto da praça: convívio e exclusão no espaço público**. 2ª ed. – São Paulo: Editora Senac, 2011.

ANDRADE, R.; TÂNGARI, V. **A Praça da República e seus aspectos morfológicos no desenho da paisagem de Belém**. Paisagem e Ambiente, n. 16, p. 43-68, 30 dez. 2002

BENÉVOLO, Leonardo. **História da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

BONET CORREA, Antonio. **Concepto de Plaza Mayor em España desde el siglo XVI hasta nuestro días**. Em seu: Morfología y ciudad: urbanismo y arquitectura durante el Antiguo Régimen em España. Barcelona: Gustavo Gili, 1978.

BORGES, Débora Garreto. **Uso e territórios do espaço livre público - O caso da "Praça Deodoro" em São Luís – MA**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, 2005. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/3517>> Acesso em: 18 de junho de 2019.

BORJA, Jordi & MUXI, Zaida. **El espacio público: ciudad y ciudadanía**. Barcelona: Electa, 2003.

BURNETT, Frederico Lago. **São Luís por um Triz: escritos urbanos e regionais**. Editora UEMA. São Luís, 2012.

CALDEIRA, Junia Marques. **A Praça Brasileira: trajetória de espaço urbano – origem e modernidade**. 2007. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2007. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/brasil/brasilia/trabalhos/OCR_CALDEIRA.pdf. Acesso em: 02 de abril de 2019.

CALDEIRA, Junia Marques. **A praça colonial brasileira**. Brasília, v. 7, n. 1, p. 19-39, jan./jun. 2010. DOI: 10.5102/UC.V7I1.1113. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/arqcom/article/view/1113>. Acesso em: 02 de abril de 2019.

COQUEIRO, Ana Clara Barros. **Estudo preliminar para a revitalização da Praça da Conquista no bairro do Coroadó em São Luís**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2018. p. 61-78.

DUCHENE, Courtney. **The Oval+ to Expand Park Space Into The Benjamin Franklin Parkway**. NBC Philadelphia, Philadelphia, p. 1, 5 jul. 2018. Disponível em: <https://www.nbcphiladelphia.com/news/local/The-Oval-Expands-into-Benjamin-Franklin-Parkway-487427051.html>. Acesso em: 18 jun. 2019.

EM BELÉM, **Praça da República é ponto de grande circulação de produtos artesanais.** Belém: Rede Globo, 2018. Disponível em: <http://g1.globo.com/pa/para/videos/t/todos-os-videos/v/em-belem-praca-da-republica-e-ponto-de-grande-circulacao-de-produtos-artesanais/6568594/>. Acesso em: 17 jun. 2019.

GEHL, Jan. **Cidades Para Pessoas.** Edição 3. São Paulo: Perspectiva. 2015.

GIEDION, Sigfried. **The Need for a New Monumentality**, in ZUCKER, Paul (org). *New Architecture and City Planning*. New York: Philosophical Library, 1944, pág. 549-68. HAROUEL, Jean-Louis. **História do Urbanismo.** Tradução Ivone Salgado – Campinas, SP: Papirus, 1990. – (Série Ofício de arte e forma).

GONDIM, Monica Fiuza. **Caderno de Desenhos - Ciclovias.** [S. l.]: COPPE – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: http://www.solucoesparacidades.com.br/wp-content/uploads/2010/01/24%20-%20BRASIL_Caderno%20de%20Desenho_Ciclovias.pdf. Acesso em: 2 jul. 2019.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **A condição urbana: ensaios de ecopolítica da cidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

HAROUEL, Jean-Louis. **História do Urbanismo.** Tradução Ivone Salgado – Campinas, SP: Papirus, 1990. – (Série Ofício de arte e forma).

HUET, Bernard. (1993) **Organização de espaços públicos em Paris.** In: Paris Project número 30-31- Espaces Publics. N. 30-31, pp. 147-160.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade.** São Paulo: Fundação Calouste Gulbenkian. 2000.

LEITÃO, LÚCIA (Org). **As praças que a gente tem, as praças que a gente quer:** manual de procedimentos para intervenção em praças. Recife: Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, 2002.

LOW, Setha M. **On the Plaza: the Politics of Public Space and Culture.** Austin: The University of Texas Press, 2000.

MARX, Murillo. **Cidade brasileira.** São Paulo: Edusp, 1980.

NOVAES, Raquel Santos de. **A dinâmica de uso da Praça Olavo Bilac no contexto da cidade de Belém.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

QUADRAS esportivas: como construir. [S. l.], 19 jan. 2017. Disponível em: <https://casa.abril.com.br/ambientes/quadras-esportivas-como-construir/>. Acesso em: 3 jul. 2019.

ROBBA, Fábio. MACEDO; Sílvio Soares. **Praças brasileiras.** São Paulo, 2002.

ROGERS, Richard. **Cidades para um pequeno planeta**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2001.

SANTOS, Edmilson Santos dos. **Reflexões sobre a utilização de espaços públicos para o lazer esportivo**. R. RA'E GA, Curitiba, 2006. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/7745/5508>. Acesso em: 21 maio 2019.

SANTOS, Eduardo Ribeiro dos. **A iluminação pública como elemento de composição da paisagem urbana**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Curitiba, Rio Grande do Sul, 2005. Disponível em: < https://www.iar.unicamp.br/lab/luz/ld/Arquitetural/Ilumina%E7%E3o%20P%FAblica/Pesquisa/a_iluminacao_publica_como_elemento_de_composicao_da_paisagem_urbana.pdf> Acesso em: 09 de julho de 2019

SARGES, Maria de Nazaré. **Memórias do “Velho Intendente” Antônio Lemos (1869-1973)**. Belém: Paka-Tatu, 2002.

SASKO, Claire. **Eakins Oval Is Getting a “Family Friendly” Extension for Summer**. Philadelphia Magazine, Philadelphia, p. 1, 29 jun. 2018. Disponível em: <https://www.phillymag.com/news/2018/06/29/eakins-oval-parkway-summer/>. Acesso em: 18 jun. 2019.

SAYER, Jason. **Colorful 25,000-square-foot mural coming to Philly**. The Architects News Paper, Philadelphia, 23 jun. 2016. Disponível em: <https://archpaper.com/2016/06/rhythm-and-hues-mural-philadelphia/>. Acesso em: 18 jun. 2019.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. Tradução: Lygia Araujo Watanabe – São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SEGAWA, Hugo. **Ao amor do público: jardins no Brasil** – São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 1996. – (Cidade aberta)

SILVA PINTO, Renata Inês Burlacchini Passos da. **A praça na história da cidade: o caso da Praça da Sé – Suas faces durante (1933/1999)**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

SITTE, Camillo. **A construção das cidades segundo seus princípios artísticos**. São Paulo: Ática, 1992.

TEIXEIRA, Manuel (Coord.). **A praça na cidade Portuguesa: colóquio Portugal Brasil**. Lisboa: Livros Horizontes, 2001.

WEIMER, Günter. **Arquitetura Popular Brasileira**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2005.

SITES

HELM, Joanna. **Praça Victor Civita** / Levisky Arquitetos e Anna Julia Dietzsch. ArchDaily, [S. l.], p. 1, 9 dez. 2011. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/01-10294/praca-victor-civita-levisky-arquitetos-e-anna-julia-dietzsch>. Acesso em: 21 maio 2019.

NOGUEIRA, Pedro Ribeiro. **Aberta à comunidade, escola assume papel na transformação do território.** [S. l.], 20 abr. 2016. Disponível em: <https://portal.aprendiz.uol.com.br/2016/04/20/aberta-comunidade-escola-assume-papel-na-transformacao-territorio/>. Acesso em: 15 maio 2019.

SABOYA, Renato T. **Fatores morfológicos da vitalidade urbana** – Parte 1: Densidade de usos e pessoas. 2016 Disponível em: < <https://www.archdaily.com.br/br/798436/fatores-morfologicos-da-vitalidade-urbana-nil-parte-1-densidade-de-usos-e-pessoas-renato-t-de-saboya>> Acesso em: 17 de abril de 2019.

SABOYA, Renato T. **Fatores morfológicos da vitalidade urbana** – Parte 2: Acessibilidade. 2016 Disponível em: < <https://www.archdaily.com.br/br/805277/fatores-morfologicos-da-vitalidade-urbana-nil-parte-2-acessibilidade-renato-t-de-saboya>> Acesso em: 17 de abril de 2019.

SABOYA, Renato T. **Fatores morfológicos da vitalidade urbana** – Parte 3: Arquitetura da Rua. 2016 Disponível em: < <https://www.archdaily.com.br/br/875044/fatores-morfologicos-da-vitalidade-urbana-nil-parte-3-arquitetura-da-rua-renato-t-de-saboya>> Acesso em: 17 de abril de 2019.

SATO, André Eiji. **Dos pés à cabeça e da cabeça aos pés:** por uma Liberdade a pé!. FAUUSP, São Paulo, 2016. Trabalho Final de Graduação. Disponível em: https://issuu.com/andresato/docs/caderno_andre_eiji_sato> Acesso em: 19 de abril de 2019.

REFERÊNCIAS ICONOGRÁFICAS

ARCHPAPER. **Opening Day at The Oval.** 26 jul. 2015. 1 fotografia. Disponível em: <https://archpaper.com/2016/06/rhythm-and-hues-mural-philadelphia/>. Acesso em: 18 jun. 2019.

CARNEY, Brad. **Colorful 25,000-square-foot mural coming to Philly.** 2016. 1 fotografia. Disponível em: <https://archpaper.com/2016/06/rhythm-and-hues-mural-philadelphia/>. Acesso em: 18 jun. 2019.

EGUIDE TRAVEL. **Melbourne Federation Square.** 21 jan. 2011. 2 fotografias. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/eguidetravel/5376504626/in/photostream/>. Acesso em: 21 maio 2019.

FILHO, Fernando Santos Cunha. **Corredor Verde da Praça da República em Belém (PA).** 25 nov. 2014. 1 fotografia. Disponível em:

[https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Corredor_Verde_da_Pra%C3%A7a_da_Rep%C3%ABlica_em_Bel%C3%A9m_\(PA\).jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Corredor_Verde_da_Pra%C3%A7a_da_Rep%C3%ABlica_em_Bel%C3%A9m_(PA).jpg). Acesso em: 17 jun. 2019

FISCHETTI, M. **The Oval+ on the Benjamin Franklin Parkway**. 18 jul. 2013. 1 fotografia. Disponível em: <https://www.visitphilly.com/things-to-do/events/the-oval-on-the-benjamin-franklin-parkway/>. Acesso em: 18 jun. 2019.

FLEXOR, Maria Helena Ochi; PARAGUASSU, Marcos. [Sem título]. 2001. 2 ilustrações. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/8820>. Acesso em: 2 de maio 2019.

KON, Nelson. **Praça Victor Civita**. São Paulo, 2008. Disponível em: < <http://www.nelsonkon.com.br> > Acesso em 10 de janeiro de 2019.

KOSTOF, Spiro. **The City Shaped: Urban Patterns and Meanings Through History**. 1992. 1 fotografia. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/brasil/trabalhos/OCR_CALDEIRA.pdf. Acesso em: 2 de abr. 2019.

LE MONDE ILLUSTRÉ. **A place de l'étoile en 1857**. 18 abr. 1857. 1 ilustração. Disponível em: https://fr.wikipedia.org/wiki/Fichier:La_place_de_l%27%C3%A9toile_en_1857.jpg. Acesso em: 21 maio 2019.

MANREZA, Henrique. **Cobertura da Virada Educação 2015**. 19 set. 2015. 2 fotografias. Disponível em: <https://www.facebook.com/viradaeducacao/photos/a.881870451940946/881871125274212/?type=3&theater>. Acesso em: 15 de maio 2019.

PRAÇA Batista Campos - Belém Antiga. 19--. Fotografia. Disponível em: <http://pensologomedivirto.blogspot.com/2016/09/a-moca-do-taxi-uma-amante-de-belem.html>. Acesso em: 8 de maio 2019.

VASCONCELOS, Rosinei. **Túnel de árvores, Feira de artesanato - Praça da República, Belém (Brasil)**. 23 maio 2010. 1 fotografia. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/rosadosventos22/4737091115/in/photostream/>. Acesso em: 17 jun. 2019.

VISSER, Peter. **Piazza Santissima Annunziata, Florença**. 2 jan. 2010. 1 fotografia. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/petervisser/6009936996/>. Acesso em: 21 de maio 2019.

APÊNDICE A- QUESTIONÁRIO DIRECIONADO AOS MORADORES DO BAIRRO**DATA:** / /

Descrição: Questionário realizado para desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso, de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) com o objetivo de compreender a percepção e as necessidades dos moradores do Parque Vitória a respeito da área pública localizada em frente à Escola Jesus Menino.

1. Nome?**2. Qual sua faixa-etária?**

- Até 15 anos 16 – 20 anos 21– 30 anos
 31 – 40 anos 41– 50 anos 51– 60 anos
 Acima de 60 anos

3. Convive a quanto tempo no bairro?

- Menos de 2 anos 2 a 5 anos 6 a 10 anos
 11 a 15 anos 16 a 20 anos 21 a 25 anos
 Mais de 25 anos

4. Você costuma frequentar a área pública localizada em frente à Escola Jesus Menino? Caso não, por quê?**5. Caso sim, com qual finalidade?**

- Passagem Acesso à parada Encontro
 Atividades da escola Lazer Outro

6. Quais as principais adversidades você identifica na área?

- Insegurança Falta de manutenção Falta de mobiliário urbano
 Falta de iluminação Descarte irregular de lixo Falta de pavimentação
 Sensação térmica desagradável Outro

7. O que você acha da proposta da feira do bairro nessa área? Houve um diálogo com os moradores previamente?**8. O que você acha do local atual da feira?****9. O que você deseja para o espaço em frente à escola Jesus Menino?**